



BOLETIM ICOM Portugal

Série III n.º 6 Maio 2016

# EDITORIAL

Centramos neste boletim a nossa atenção para as paisagens culturais, tema do Dia Internacional de Museus de 2016. Lançado o repto, como podem os museus articular-se de forma mais efectiva com o território, com a sua compreensão e interpretação?

Florbela Estevão apresenta-nos como estudo de caso a Rota Histórica das Linhas de Torres, um projecto de patrimonialização da paisagem em curso desde 2007 e de iniciativa intermunicipal. Trata-se de um complexo monumental e natural no qual se destaca um conjunto de fortificações militares do séc. XIX que importa estudar e dar a conhecer. Para além dos seis centros de interpretação já criados, o projecto em curso implicará um esforço continuado de manutenção e valorização com vista à sua sustentabilidade que deverá assentar numa programação regular de actividades, na criação de parcerias e na articulação com as comunidades.

Destacando a Carta de Siena (2014) sobre museus e paisagens culturais que deverá dar lugar a uma declaração do ICOM na próxima 24.ª conferência geral, Joana Sousa Monteiro e Dália Paulo (“Perspectivas”) fazem uma síntese de algumas ideias-chave presentes neste documento. Os desafios são vários, desde logo, a capacidade dos museus promoverem abordagens integradas e interdisciplinares e, por sua vez, formarem equipas multidisciplinares para as colocarem em prática.

Em entrevista, Ana Paula Amendoeira, traça-nos um panorama mais alargado da discussão em torno da paisagem cultural no contexto das políticas públicas para o património. Que constrangimentos, que balanços e que desafios futuros? O envolvimento das comunidades é palavra-chave.

Damos as boas-vindas a Pedro Gadanho (“Museus e Pessoas”), que desde Outubro de 2015 dirige o Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT), a inaugurar este ano. A marcar indelevelmente a paisagem ribeirinha do ponto de vista arquitectónico, o novo museu de arte contemporânea trará também novas e desafiantes dinâmicas para Lisboa e para a internacionalização da arte portuguesa.

Dedicamos o boletim de Setembro à Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Coleções adoptada pela UNESCO em 2015.

Ana Carvalho

## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
BREVES	5
EM FOCO	9
LINHAS DE TORRES COMO PAISAGENS CULTURAIS? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UM PROJECTO CONTEMPORÂNEO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	9
PERSPECTIVAS	14
SOBRE A CARTA DE SIENA: MUSEUS E PAISAGENS CULTURAIS	14
ENTREVISTA COM ANA PAULA AMENDOEIRA	18
NOTÍCIAS ICOM	25
MUSEUS & PESSOAS: PEDRO GADANHO	34
PUBLICAÇÕES	37
SUGESTÕES DE LEITURA	37
NOVAS EDIÇÕES 2016	39
AGENDA	44
CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, DEBATES	44
FORMAÇÃO	47
CHAMADA PARA PROPOSTAS	48

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

---



São várias as actividades em que o ICOM esteve envolvido nestes primeiros meses do ano de 2016 assim como os seus membros, quer em Portugal, quer através de iniciativas dos comités internacionais.

Destaco o seminário europeu realizado em Fevereiro em parceria com o projecto europeu *Eurovision – Museums Exhibiting Europe* (EMEE) que decorreu no Museu Nacional de Arqueologia, onde se apresentaram trabalhos de diferentes museus criados em rede, num diálogo intercultural na promoção dos mesmos, das colecções e de novas formas de participação dos visitantes, contribuindo para que os museus assumam o seu papel de agentes sociais. Graças a este seminário tivemos a presença do presidente do ICOM central, Hans-Martin Hinz, e fomos recebidos pelo então Ministro da Cultura, João Soares. Tratou-se de uma sessão de apresentação dos objectivos do ICOM e do seu papel à escala global na defesa dos museus e dos seus profissionais.

Em Março as Jornadas da Primavera do ICOM Portugal foram dedicadas ao debate de dois documentos bastante relevantes para os museus. A Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade adoptada pela UNESCO (2015), e a Carta de Siena (2014). O primeiro documento sublinha a necessidade dos museus e das colecções terem em atenção a sua função social. Acentua, nomeadamente, o papel dos museus nas sociedades actuais como espaço de encontro, como instrumento de promoção da inclusão social e da promoção da diversidade cultural e natural. Reafirma o papel indispensável das heranças e dos patrimónios na construção de uma cultura de paz e de direitos humanos como instrumento para enfrentar as mudanças que estão a ocorrer no mundo actual. Os Estados Membros com representação na UNESCO são, assim, convidados a tomar medidas legislativas, técnicas e financeiras, de modo a desenvolver acções de planeamento e políticas operacionais dirigidas aos museus, às colecções e aos públicos dos respectivos países.

Quanto à Carta de Siena, criámos o debate para o Dia Internacional dos Museus para este ano, Museus e Paisagens Culturais, bem como da próxima 24.ª conferência geral do ICOM, a ter lugar em Milão. A Carta e os propósitos emanados do ICOM sobre o mesmo documento têm quatro propósitos principais: desenvolver a percepção de que a paisagem difere de país para país e está ligada a diferentes contextos culturais; indicar as paisagens culturais como responsabilidade dos museus, no âmbito de novas funções

sociais e territoriais; demonstrar que o desenvolvimento das relações entre museus e paisagens culturais incentiva o estabelecimento de novas parcerias e redes, e o desenvolvimento de novas abordagens interdisciplinares; indicar que é possível promover o desenvolvimento sustentável e preservar as paisagens, incentivando o turismo sem pôr em causa o património natural e cultural. Assim, implicar os museus na gestão e no cuidado da paisagem cultural significa desenvolver a sua vocação natural, alargando a sua responsabilidade desde as colecções até ao património e ao território.

O mês em que os museus de todo o mundo comemoram o Dia Internacional dos Museus (18 de Maio) representa um momento especial de celebração dos museus e das suas equipas. Esta data é o momento de apresentação de actividades, de parcerias e de colaborações com outras instituições, onde os profissionais de museus mostram a sua grande capacidade de trabalho, a originalidade das iniciativas e o compromisso com os públicos.

Ao nível da política museológica nacional continuamos com uma série de indefinições para as quais aguardamos a apresentação da política a seguir pelo actual ministro, ao qual esperamos em breve apresentar uma carta de prioridades para os museus em Portugal.

Aproxima-se a maior experiência internacional entre profissionais de museus com a 24.ª conferência geral do ICOM, em Milão, de 3 a 9 de Julho, celebrada a cada três anos. O ICOM Portugal participará em vários grupos de trabalho e o tema deste ano são as paisagens culturais. Para além do ICOM apresentar nesta ocasião uma nova definição de museus será ainda eleito um novo presidente para o ICOM central e um novo presidente para a Aliança Regional ICOM Europa. Concorre para esta última função o nosso estimado colega Luís Raposo, a quem nos coube o prazer de apresentar a sua candidatura.

José Alberto Ribeiro

## BREVES



### ICOM Portugal participa em fórum sobre o futuro do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês

O fórum teve lugar no Teatro Mascarenhas Gregório, em Silves, no dia 20 de Fevereiro de 2016. Organizado pela APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e pela APOM – Associação Portuguesa de Museologia, esta iniciativa contou, entre outras, com intervenções do ICOM Portugal, da Câmara Municipal de Silves e da Direcção Regional de Cultura do Algarve,

através das quais se procuraram caminhos e soluções para ultrapassar os constrangimentos atualmente existentes, no sentido de viabilizar a desejável reabertura ao público do Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês (Silves).

### Presidente do ICOM em visita a Portugal

Hans-Martin Hinz, presidente do ICOM, fez a sua primeira visita oficial a Portugal para participar na conferência internacional *Museums: One Object Many Visions* que se realizou no passado dia 22 de Fevereiro no Museu Nacional de Arqueologia. O presidente visitou ainda vários museus em Lisboa (Museu do Aljube, Museu Nacional do Azulejo, Museu de Lisboa e Palácio Nacional da Ajuda) e na zona oeste (Museu José Malhoa, Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e Museu da Comunidade Concelhia da Batalha).



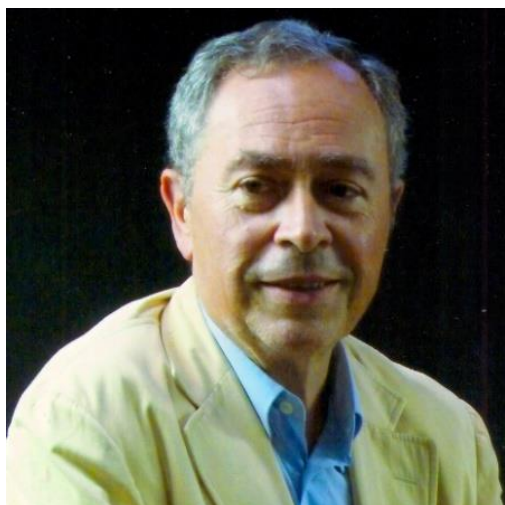
### Hans-Martin Hinz reúne-se com Ministro da Cultura



No passado dia 25 de Fevereiro, o ICOM Portugal, representado pelo seu presidente, José Alberto Ribeiro, e secretária, Joana Sousa Monteiro, acompanharam o presidente do ICOM, Hans-Martin Hinz, numa reunião com o então Ministro da Cultura, João Soares. Tratou-se de uma sessão de apresentação dos objectivos do ICOM e do seu papel à escala global na defesa dos museus e dos seus profissionais.

### Assembleia-geral do ICOM Portugal

Realizou-se no passado dia 28 de Março a assembleia-geral do ICOM Portugal, que decorreu no Palácio Nacional da Ajuda. Foram apreciados e discutidos os relatórios de contas e de actividades referentes a 2015 e foi apresentado o plano de actividades para 2016. Com relação a 2015 destaca-se a entrada de 27 novos membros na associação, que conta com um total de 282 membros. Tanto o relatório de actividades de 2015 como o plano de actividades para 2016 estão disponíveis para consulta: <http://icom-portugal.org/>



### ICOM Portugal apoia candidatura de Luís Raposo à presidência do ICOM Europa

Luís Raposo, ex-presidente do ICOM Portugal (2008–2014) é candidato à presidência do ICOM Europa. Raposo tem o apoio do ICOM Portugal e de outros comités nacionais (Croácia, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Rússia e Espanha). As eleições realizar-se-ão a 5 de Julho em Milão (Itália). Raposo é um dos membros da actual direcção do ICOM Europa. Em Portugal faz parte dos quadros do Museu Nacional de Arqueologia, é professor convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é membro do Conselho Consultivo da Comissão Nacional Portuguesa da UNESCO.

### Marta C. Lourenço candidata a presidente do UMAC (Comité Internacional do ICOM para os Museus e Colecções Universitárias)

Nas próximas eleições que se realizam em Itália no mês de Julho, a portuguesa Marta C. Lourenço é uma das candidatas a presidente do UMAC, um dos comités especializados do ICOM para os Museus e Colecções Universitárias. M. C. Lourenço tem sido um membro activo tanto no ICOM Portugal, do qual foi secretária entre 2008 e 2014, como no UMAC. Faz



parte dos quadros dos Museus da Universidade de Lisboa e está ligada à PRISC – Portuguese Research Infrastructure of Scientific Collections Scientific Instrument Commission (SIC) e à UNIVERSEUM, European Academic Heritage Network.



### Europa Nostra distingue Museu Diocesano de Santarém e projecto no Gerês

No âmbito do prémio Europa Nostra (2016) foram distinguidos 28 projectos de 16 países pelos seus contributos em quatro áreas: Conservação, Investigação, Serviço dedicado ao Património e Educação, Formação e Sensibilização. Entre os premiados encontram-se dois projectos portugueses: a reabilitação da Catedral e Museu Diocesano de Santarém (categoria Conservação) e o projecto de Desenvolvimento Sustentável do Planalto da Mourela no Parque Nacional da Peneda-Gerês (categoria Educação, Formação e Sensibilização). O prémio Europa Nostra é o mais importante prémio europeu na área do património. É promovido pela Comissão Europeia.

### Prémio EMYA 2016 para o Polin Museum

O Polin Museum (Varsóvia, Polónia), museu dedicado à história dos judeus polacos, foi o grande vencedor do European Museum of the Year Award (EMYA) na cerimónia que decorreu em San Sebastián (Espanha) no passado dia 9 de Abril. O prémio, organizado pelo European Museum Forum (EMF), distinguiu ainda os seguintes museus: Vukovar City Museum (Vukovar, Croácia) – prémio Silletto –; Micropia (Amesterdão, Holanda) – prémio Kenneth Hudson –; e foram atribuídas várias menções especiais: <http://www.europeanmuseumforum.info>



### COUNCIL OF EUROPE



### CONSEIL DE L'EUROPE

### Nova resolução europeia junta museus e bibliotecas

Foi recentemente adoptada uma nova resolução da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa: *The Libraries and Museums of Europe in Times of Change* ([Resolução 2100](#), 2016). Reconhece-se o papel das bibliotecas e dos museus como recursos para o desenvolvimento humano e para a aprendizagem ao longo da vida. É focada a importância que tanto os museus como as bibliotecas podem ter nas comunidades locais e chama a atenção para o risco de redução do investimento público nesta área.



### Alexandre Matos é candidato a membro da direcção do CIDOC

O nosso colega Alexandre Matos é um dos candidatos a membro da direcção do CIDOC (Comité Internacional do ICOM para a Documentação). Com esta candidatura, A. Matos pretende «contribuir para promover o trabalho do comité e dos seus grupos de trabalho no âmbito da comunidade lusófona com o objectivo de envolver os colegas desses países na discussão alargada sobre as questões mais prementes na documentação museológica» sublinha. Actualmente, A. Matos faz parte dos corpos gerentes do ICOM Portugal (2014–2017) e é director de formação e investigação da empresa portuguesa Sistemas do Futuro. O processo de votação está disponível para os membros do CIDOC através do Google Docs (cf. [link](#)).

### Mário Nuno Antas apresenta candidatura a membro da direcção do CECA

Decorrem as candidaturas à direcção do CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural). O português Mário Nuno Antas é um dos candidatos. Técnico do Museu Nacional de Arqueologia, Mário N. Antas é tesoureiro do ICOM Portugal desde 2014. «O principal objectivo desta minha candidatura passa pela criação de redes regionais de formação, como chave para que os profissionais do ICOM CECA se sintam mais apoiados no seu desenvolvimento profissional», explica. Tanto Emma Nardi (Itália), a actual presidente do CECA, como Milene Chiovatto (Brasil), a candidata a presidente, subscrevem a candidatura de Mário N. Antas, adiantou-nos. Saiba como votar em: <http://network.icom.museum/ceca/the-board/elections/>

### *In Memoriam* de Leonor d'Orey

No passado dia 26 de Abril faleceu Leonor d'Orey, antiga conservadora do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) responsável pelas colecções de ourivesaria e joalheria. Leonor d'Orey iniciou a sua carreira no museu em 1969. A actual exposição permanente de ourivesaria ainda mantém o essencial do discurso museológico que Leonor d'Orey concebeu para aquele espaço após a realização da XVIIª Exposição de Arte e Cultura do Conselho da Europa, bem como as salas das Artes Decorativas Francesas, que seriam renovadas, em 1994, sob a sua colaboração programática. Aposentada em 2010, continuou a manter uma relação de proximidade com o MNAA. O ICOM Portugal endereça a todos os familiares e amigos as mais sentidas condolências.





## EM FOCO



### Linhas de Torres como Paisagens Culturais? Algumas Reflexões sobre um Projecto Contemporâneo de Patrimonialização

*Florbela Estevão, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa*

Como é bem sabido, a UNESCO organizou em 1972 a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em que já estava presente a repetida ideia de equilíbrio entre os seres humanos e o seu ambiente. Mais tarde, em 1992, a Convenção do Património Mundial, reunida em Santa Fé, criou o quadro internacional legal para o reconhecimento e protecção das chamadas paisagens culturais. Deu-se o caso de também em 1992 se ter realizado no Rio de Janeiro a primeira “Cimeira da Terra”, conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento. E em 2000, o Conselho da Europa, por sua vez, elaborou a Convenção Europeia da Paisagem (Florença), em que se definiram “objectivos de qualidade paisagística”. Acrescente-se que o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) elaborou, em 2008, a Carta dos Itinerários Culturais (Quebeque). Recentemente (2014) foi adoptada a Carta de Siena, da responsabilidade do ICOM Itália contendo um conjunto de orientações que visam articular museus e paisagens culturais. Todos estes documentos, e a atitude dos vários governos perante os mesmos, mereceriam ser analisados criticamente.

Nas directrizes operacionais da UNESCO, publicadas em 2002 e revistas sucessivamente em 2005, 2008 e 2012 (cf. UNESCO 2010) a noção de paisagens culturais aparece subdividida em três grandes categorias, nunca tendo tal noção mudado ao longo dessas revisões.<sup>1</sup> Transcrevo desse documento as três categorias:

- (i) A mais fácil de identificar é a paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem, englobando as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

<sup>1</sup> Permito-me transcrever aqui o texto da própria UNESCO: «As paisagens culturais são bens culturais e representam as “obras conjugadas do homem e da natureza” a que se refere o artigo 1.º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade e dos povoamentos ao longo dos tempos, sob a influência dos constrangimentos físicos e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas».

(ii) A segunda categoria é a paisagem essencialmente evolutiva. Resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma actual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens reflectem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: – uma paisagem relíquia (ou fóssil) é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; - uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social activo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

(iii) A última categoria compreende a paisagem cultural associativa. A inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial justifica-se pela força da associação a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

No caso específico do que se convencionou designar Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT), tema que temos estudado (Estevão 2013), estamos perante uma série de paisagens que recobrem uma área bastante extensa, do Atlântico ao Tejo, e também por isso relativamente diversificada; inclui cerca de centena e meia de construções militares de diversos tipos, aproveitando (e mesclando-se, em perfeita simbiose) a morfologia do terreno, como é próprio de obras militares de campo.

Essas construções diferem assim, como barreiras físicas, fronteiras artificiais, da disposição em corredor, que têm por exemplo a Muralha de Adriano (Reino Unido) ou a Muralha da China, e são portanto um dispositivo original, adaptado à paisagem estremenha portuguesa e a novas tácticas de guerra ensaiadas no início do século XIX. São, por consequência, únicas no mundo, como exemplo de um dispositivo militar de grande escala em simbiose perfeita e eficaz entre características do terreno e características arquitectónicas, entre o “natural” e o “artificial”. Elas anunciam também uma mudança na ética e no direito, poderia dizer-se, da guerra: de cavalheiresca, tradicional, respeitando certas regras de cortesia, ela vai até certo ponto (e ainda não totalmente, claro) passar a um sistema mais ardiloso (por parte dos ingleses e portugueses), que incluía acções que permitiram, muitas vezes, apanhar de surpresa o exército invasor, bem mais numeroso, e finalmente derrotá-lo. Esta estratégia serviu-se do território e das populações para armadilhar o inimigo e vencê-lo pela exaustão e astúcia, num labirinto de dificuldades, e desgastando-o entre uma terra queimada (o território que os soldados napoleónicos iam atravessando e onde os camponeses destruíam todos os víveres) e uma frente (uma barreira difícil de

ultrapassar) contra a qual embateram na terceira invasão, precisamente a da chamada Linhas de Torres.

No caso das Linhas de Torres trata-se, de facto, de um conjunto ou complexo monumental, com núcleos significativos e dispostos em linha, por vezes descontínuos como a própria topografia ou como os interesses estratégicos impunham, mas dos quais não podemos nem devemos abstrair as “vistas” que deles se obtêm, vistas essas que integram necessariamente toda a diversidade de construções posteriores, próprias de paisagens contemporâneas que evidentemente estão vivas, em evolução, nem sempre de forma harmónica, e situadas na periferia da Grande Lisboa.

Para tornarmos interessante a visita a este conjunto de realidades temos de juntar à experiência física de deslocação, e à introdução ao tema dada pelos seis centros interpretativos existentes nos vários municípios, uma consciência histórico-militar sobre uma realidade bem específica e situada cronologicamente. Pois só com esse enquadramento, incluindo a observação de mapas militares, se pode entender um complexo descontínuo de fortificações na paisagem como um conjunto homogéneo, submetido a uma estratégia comum. Só nesse sentido será possível avançar a ideia de que estamos perante uma série de paisagens de carácter associativo, segundo o critério convencional da UNESCO e que, todavia, fazem uma unidade.

Não há dúvida que no caso das Linhas de Torres estamos perante uma clara simbiose de elementos geomorfológicos/topográficos e de obras humanas que os aproveitaram/transformaram em íntima correlação com um período de transição bem definido da história nacional e europeia. São todos esses factores que dão unidade/coerência e conferem originalidade ao conjunto (na sua heterogeneidade), mesmo a nível mundial.

Hoje, a aparentemente expressão trivial “musealização de paisagens culturais” está de tal modo impregnada de sentidos subjacentes ou de conotações, que o seu simples comentário - dos temas nela implicados – museu, paisagem e cultura – se desdobra sempre noutros, num processo sem fim. Reflectir sobre as paisagens e/ou patrimonialização das mesmas implica necessariamente uma abordagem multidisciplinar e a várias escalas.

Ora, a paisagem como museu é algo perfeitamente compreensível, quando pensamos que ambos os conceitos (paisagem e museu) se ligam à primazia ocidental da visão (a palavra inglesa *gaze* é particularmente adaptada para designar este olhar), quer dizer, a colocação de um objecto (devidamente enquadrado) a distância, relativamente a um sujeito, observador (capaz de abarcar aquele objecto como algo exterior a si). Mas, e no caso deste projecto, além da valência histórica procura-se também uma abordagem a unidades de território, onde outros valores patrimoniais são incorporados apontando o actual e os temas da sociedade contemporânea para a experiência do visitante.

Uma paisagem cultural é, de algum modo, um mundo ideal, inebriante, impregnado de sentidos, de história e de sinais de vida (sons, odores, etc.). É neste conjunto, simultaneamente denso de sensações e de ideias, de sugestões, que, em princípio, o visitante (pós)moderno quer ser imerso. Nesse sentido, cada forte das Linhas de Torres é, simultaneamente, um miradouro sobre o espaço (porque situado num ponto alto) e um ponto de reflexo sobre o tempo, porque reportando, pela própria experiência sensorial e de rememoração, para um passado de há 200 anos, que assim se torna presente.

No caso em análise, a génese do projecto da Rota Histórica das Linhas de Torres foi local, ou seja, foram os seis municípios que detêm no seu território a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> Linhas Defensivas (Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira) que tomaram a iniciativa de reunir sinergias em prol de um plano de estudo, salvaguarda e de valorização das fortificações. Partiu-se, assim, de um projecto intermunicipal e multidisciplinar que rapidamente incorporou outras entidades nacionais, tanto públicas como privadas. Para o arranque da execução do plano de intervenção foi fundamental o financiamento através do chamado Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu – EERGrants, a que se juntou o esforço dos municípios envolvidos. Conseguiu-se, desse modo, entre 2007 e 2010 (com prolongamento até 2011) implementar no terreno as infra-estruturas que fazem parte da Rota: várias fortificações intervencionadas e musealizadas, integradas em circuitos articulados em rede, que vão deste o rio Tejo ao Atlântico, e ainda seis centros de interpretação. A intervenção procurou um equilíbrio entre o meio ambiente que envolve as fortificações, a conservação do todo, e a facilidade de interpretação e fruição de quem as visita.<sup>2</sup>

Um outro objectivo fundamental, e agora em vias de ser atingido, foi a classificação de todo este sistema como um Conjunto, e não cada obra considerada individualmente, de Valor Nacional. A par destas iniciativas, todas as autarquias envolvidas inseriram as fortificações e as áreas de protecção nos seus Planos Directores Municipais e, nalgumas situações, existem mesmo obras militares que estão integradas em “unidades de paisagem”, como acontece em alguns casos de Loures, ou na Serra da Archeira, no concelho de Torres Vedras.

Assim, a Rota Histórica das Linhas de Torres, exemplo de patrimonialização de um dispositivo de defesa contra as invasões napoleónicas, é algo ainda em processo de construção, crescimento e consolidação, vectores fundamentais para garantir a sua sustentabilidade. De facto, para ter continuidade, terá que se conseguir reunir recursos humanos e financeiros que garantam a manutenção das estruturas intervencionadas, a actualização dos conteúdos dos centros de interpretação e dos

---

<sup>2</sup> A Rota Histórica das Linhas de Torres já foi premiada duas vezes: uma pelo Turismo de Portugal, em 2012, na categoria de Melhor Projecto Público de Requalificação; e outra pelo prémio Europa Nostra, em 2014, na categoria de Conservação.

materiais de divulgação nos mais variados suportes, uma programação diversificada e de qualidade, o aumento de parcerias públicas e privadas, uma maior articulação com as comunidades. Numa palavra, a sustentabilidade do projecto é agora o seu principal desafio.

## Referências

Conselho da Europa. 2000. “Convenção Europeia da Paisagem.” Consultado em Abril 19, 2016. <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=0900016802f3fb7>

Estevão, Florbela. 2013. “Transformações de uma Paisagem: Sistema Defensivo das Linhas de Torres e a sua Musealização.” Dissertação de mestrado em Museologia, Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/75082>

ICOM Itália. 2014. “Carta de Siena: Museus e Paisagens Culturais.” Consultado em Abril 19, 2016. <http://icom-portugal.org/multimedia/documentos/CartaSiena.pdf>

ICOMOS. 2008. “Carta dos Itinerários Culturais.” Consultado em Abril 19, 2016. <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/ICOMOSPortugalCartaltinerariosCulturais.doc>

UNESCO. 1972. “Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.” Consultado em Abril 19, 2016. <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

UNESCO. 2010. “Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial.” Consultado em Abril 19, 2016. <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/OrientacoesTecnicasPatrimonioMundialMaio2010revCNU30Junho.pdf>

## PERSPECTIVAS

### Sobre a Carta de Siena: Museus e Paisagens Culturais



(I)

*Joana Sousa Monteiro, directora do Museu de Lisboa*

O tema do Dia Internacional dos Museus, Museus e Paisagens Culturais, foi também o tema da conferência internacional de Siena, ocorrida em Julho de 2014, a qual aprovou uma primeira versão da [Carta de Siena](#), que será objecto de reflexão e discussão na próxima conferência trienal do ICOM, em Julho (Milão).

Trata-se de um documento que consideramos muito relevante pelo desenvolvimento do conceito das paisagens culturais e sua aplicação ao contexto museológico, embora seja centrado no panorama museológico italiano e, como tal, não ser transponível no seu todo para outras realidades museais.

Tem esta Carta os seguintes propósitos: desenvolver a percepção de que as paisagens culturais têm identidades muito próprias, fruto também dos “espíritos dos lugares”; indicar as paisagens culturais como responsabilidade dos museus, no âmbito de novas funções sociais e territoriais; demonstrar que o desenvolvimento das relações entre museus e paisagens culturais incentiva o estabelecimento de novas parcerias e redes, e o desenvolvimento de novas abordagens interdisciplinares; indicar que é possível promover o desenvolvimento sustentável e preservar as paisagens, incentivando o turismo sem pôr em causa o património natural e cultural.

Efectivamente, a tónica principal de todo o documento é a da responsabilidade. Da responsabilidade dos museus, dos profissionais de museus, e das suas tutelas, públicas ou privadas, de maior ou menor dimensão, na mobilização para a preservação e para a valorização das paisagens culturais.

Trata-se de uma chamada de atenção para que os museus do terceiro milénio sejam capazes de responder aos desafios que as visões actuais sobre este tema colocam.

O conceito de paisagem cultural aqui proposto contempla as dimensões material e imaterial, referindo-se ao modo de ver o ambiente que nos rodeia, mas também ao

ambiente em si mesmo, correspondendo ao cenário em que vivemos e que nos interliga com o meio. Paisagem cultural é o território que nos rodeia, o resultado dinâmico e subjectivo da combinação de passado e de presente, com contradições e paradoxos, integrando património natural e cultural. Integrando, também, o conceito de sustentabilidade, nos seus três vectores complementares, económico, social e ambiental.

Segundo Graham Fairclough na obra *Heritage and Beyond* (citado por Danielle Jalla, presidente do ICOM Itália, em «*Common Ground: Grappling with the Key Terms of Milano 2016*», *ICOM News*, Dezembro 2015), se a paisagem é o modo como percebemos o mundo presente e sentimos o ambiente em que estamos imersos, o património é o modo como entendemos o passado e o legado que nos chegou. O conceito de paisagem cultural pretende integrar ambos, ambiente e património, “orientação museológica” e “abordagem de contexto” (Jalla, idem), identificando-o como um recurso de desenvolvimento sustentável para o presente e para as gerações futuras.

Veremos que resultados surtirão da conferência trienal do ICOM de mais relevante e porventura aplicável à generalidade dos museus.



(II)

*Dália Paulo, directora do Museu Municipal de Loulé*

**A** Carta de Siena desafia os museus (italianos) a trabalhar as paisagens culturais e coloca-os como instituições-chave nesse trabalho de protecção e de valorização, envolvendo nele todos os restantes *stakeholders* – população, empresários, instituições; agindo os museus como mediadores, facilitadores e promotores de acções que protejam, conservem, interpretem e valorizem a paisagem, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista imaterial. Propõe-se que através da utilização das ferramentas museológicas (trata-se de uma instituição - museu - fortemente enraizada no território) se faça a gestão sustentada, integrada e sustentável, assim como o ordenamento do território e das respectivas paisagens culturais, retomando assim as definições de “protecção da paisagem” e “gestão da paisagem” da Convenção Europeia da Paisagem (2000). As primeiras questões que se colocam são: estarão os museus preparados para isso? Será que compete aos museus este trabalho central, como a Carta de Siena propõe, na gestão do território?

Na linha da Nova Museologia dos anos 1970, ou da Sociomuseologia deste novo milénio, esta Carta implica repensar e redefinir a missão de museu, bem como reforça a implicação e a responsabilidade dos museus na sua relação com o território, para que possam «trazer um contributo significativo à administração do território» e reunir as condições – financeiras e de recursos humanos – para se tornarem «centros territoriais de protecção» e, simultaneamente, «centros de interpretação do território», sendo que estes centros se devem implicar na transformação do território e na sua gestão. Nova interrogação nos suscita: poderá esta proposta da Carta de Siena ser replicável em Portugal? Serão necessários novos modos de fazer e quebrar barreiras mentais de actuação?

A Carta de Siena define uma dupla responsabilidade para os museus: uma na área da gestão e outra que poderíamos traduzir como imaterial, na área da representação da paisagem, a sua imagem. Esta responsabilidade é (deve ser) realizada por museus activos mencionados como «centros activos de uma protecção activa», reconhecendo que para isso é necessária a implicação da administração e a construção de parcerias, que envolvam não só outras instituições mas os agentes económicos e produtivos do território. Creio que este é outro aspecto interessante e, simultaneamente, inovador da Carta: a sua relação entre público e privado com objectivos comuns. Estaremos preparados? Será essa a nossa principal função? Teremos equipas multidisciplinares



para o fazer? Para a Carta de Siena sim, porque os museus desenvolvem competências de gestão territorial alargadas, por serem instituições comprometidas com o Homem e com o território.

Um aspecto central, do meu ponto de vista, que a Carta de Siena veicula, para a concretização do grande desafio de trabalhar as paisagens culturais de forma integrada, é o de «cidadania activa» para promover a implicação e a responsabilização dos cidadãos, propondo a criação de «comunidades de paisagem», através de uma gestão partilhada e colaborativa da paisagem, impelindo a mudança de gestão de vertical, unisectorial e unifocal para uma horizontal, multissectorial e multifocal.

A Carta de Siena não pretende “museificar” ou congelar as paisagens culturais, mas contribuir para a sua gestão sustentada. Considera-se que a maior novidade e inovação da Carta de Siena é o seu foco plural no conceito de Paisagem e a sua implicação num mundo em que a diferença não deve ser aniquilada mas compreendida; o compromisso dos signatários do documento é compreender a variedade de conceitos, sem ter a tentação de os depurar num “conceito maior”, pretendendo apenas “tornar-se mais conscientes” das diferentes concepções de paisagem. Este ponto é verdadeiramente contemporâneo, colocando no centro da acção museológica de hoje os museus como lugares de questionamento, de abertura e de leituras plurais do mundo, implicados na construção de uma cidadania activa intercultural e plural, onde se trabalha para o diálogo e que através da investigação e estudo permitirá criar novas visões, assim como a inclusão de valores novos e diversos na Paisagem.

Estaremos preparados para este desafio? A conferência trienal do ICOM ajudar-nos-á a reflectir e a trilhar estes (ou outros) caminhos.

## ENTREVISTA com Ana Paula Amendoeira



A paisagem cultural foi o tema condutor desta entrevista com Ana Paula Amendoeira, que nos apresenta a sua perspectiva sobre os problemas e os desafios presentes na discussão sobre políticas públicas para a protecção e valorização das paisagens culturais em Portugal. Directora Regional de Cultura do Alentejo

desde 2013, Ana Paula Amendoeira é especialista em património histórico e paisagístico. O seu percurso é marcado pela experiência na administração pública local e regional, pela investigação no âmbito da reflexão sobre património mundial e pelo activismo associativo, nomeadamente na Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Portugal). De que falamos quando nos referimos à patrimonialização da paisagem? Que constrangimentos, balanços e desafios futuros? Que contributos dos museus?

\*\*\*\*

**Ana Carvalho – Portugal tem seguido as orientações internacionais dos principais organismos (UNESCO, Conselho da Europa, ICOMOS) sobre paisagem cultural. No entanto, na legislação nacional sobre património cultural não existe a figura jurídica “paisagem cultural”, embora a sua protecção, preservação e divulgação esteja de algum modo implícita. Esta ausência pode ser problemática para a definição de planos de gestão e protecção especificamente dirigidos à paisagem cultural?**

Ana Paula Amendoeira – Sim, este problema existe em vários países, não apenas em Portugal. Ele é aliás apontado como um dos constrangimentos à boa gestão das paisagens culturais tal como são entendidas pela UNESCO, enquanto categoria do património mundial, nas suas três grandes tipologias (*paisagem claramente definida* e *intencional*, *paisagem evolutiva* e *paisagem associativa*). Este vazio no corpo normativo português pode ter como consequência uma alienação do valor da paisagem e da necessidade de conservação e protecção, a impossibilidade de normas de aplicação equivalentes ou metodologias comuns entre vários países europeus, por exemplo, ou de qualquer tipo de políticas cooperativas. Também a grande variedade de políticas e

heterogeneidade de regulamentos e predisposições promove a dificuldade e a interacção entre países e baixos índices de participação por parte das populações nas políticas de ordenamento do território o que pode levar também à progressiva alienação do valor da paisagem e do seu próprio carácter identitário.

Convém sublinhar que a criação da categoria de paisagem cultural pela UNESCO representa uma evolução natural relativa à Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 que representou o primeiro instrumento mundial de governação aliando de forma pioneira cultura e natureza, criando as designações de património cultural e natural e tornando-as objecto de uma única Convenção. Vinte anos depois, e num período de análise interna sobre o futuro da Convenção e da Lista do Património Mundial que daria origem ao processo conhecido por Estratégia Global para uma Lista Equilibrada, Representativa e Credível (1994), definiu-se o conceito de paisagem cultural que não tem cessado de se actualizar. Este conceito diz respeito especificamente a uma definição de valor patrimonial da paisagem e por isso a sua definição e as suas sub-categorias ou tipologias como acima referimos, representam um universo bastante mais limitado do que aquele que é definido pela Convenção Europeia da Paisagem, instrumento do Conselho da Europa também adoptado e promulgado por Portugal (2005).

Há, por isso, um campo de complexidade bastante considerável no que diz respeito ao tema da paisagem em Portugal e que dificulta também a qualidade desejável na sua gestão. Por um lado, se falamos em patrimonialização da paisagem devemos ater-nos à bateria teórica e metodológica da UNESCO e do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). E é nesse campo que estamos, no quadro do tema deste Dia Internacional dos Museus. Convenhamos, no entanto, que em face da realidade e daquilo que deve ou que pode significar a paisagem para as comunidades, este é um campo redutor e poderemos identificar um muito maior potencial se abordarmos a paisagem do ponto de vista da Convenção Europeia e nesse sentido parece-me que os museus poderão dar um enorme contributo no futuro.

**Ana Carvalho – Há uma terminologia muito diversa que é usada em associação à ideia de paisagem cultural. “Paisagem natural”, “paisagem rural”, “paisagem urbana”, “património paisagístico”... são alguns dos termos utilizados. Faz falta em Portugal um quadro comum de entendimento?**

Ana Paula Amendoeira – A diversidade terminológica existe mas o que está definido especificamente em termos internacionais como *paisagem cultural* é a categoria criada em 1992 pela UNESCO, com o trabalho teórico e metodológico produzido pelo ICOMOS, inspirada na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 que já nos fala de «obras conjugadas do homem e da natureza». Esta categoria está claramente definida e reflectida na lista do património mundial inclusivamente

em Portugal e essa é a que prevalece formal e oficialmente. É certo que a designação de paisagem cultural pode ser, de um ponto de vista semântico, considerada um pleonismo uma vez que uma paisagem é por definição sempre cultural e nesse sentido todas as outras designações utilizadas são uma espécie de sub-categorias, como é o caso dos exemplos citados na pergunta. Mas aqui, tal como em outras situações, estamos também a falar de convenções e de facto está convencionada internacionalmente a designação de *paisagem cultural* com um significado determinado. Falo a partir da Convenção do Património Mundial e das suas orientações e categorias e porque é esse documento ratificado pelo Estado Português que faz norma relativamente ao valor patrimonial das paisagens no nosso país. Não vou aqui abordar a Convenção Europeia da Paisagem que tem outros pressupostos, em muitos casos até mais interessantes e potencialmente mais avançados do meu ponto de vista. Desde logo não tem a designação redundante de paisagem cultural e por isso a paisagem é considerada de forma abrangente e não capturada pela sua patrimonialização.

**Ana Carvalho – Portugal tem três paisagens culturais inscritas na lista do Património Mundial da UNESCO (Paisagem Cultural de Sintra – 1995; Alto Douro Vinhateiro – 2001; e Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico – 2004). Na sua perspectiva, quais têm sido os principais desafios? Que balanço pode ser feito?**

Ana Paula Amendoeira – A complexidade destes bens impede que se possa responder de forma desenvolvida neste contexto, mas de forma resumida, penso que o balanço pode ser em termos gerais e no essencial positivo, com problemas.

Sendo as paisagens elementos vivos, em constante mutação, o grande desafio é conseguir um equilíbrio entre preservação e transformação.

No caso do Douro, por exemplo, estamos a falar de uma paisagem que é simultaneamente património e motor de uma economia enoturística em expansão. A produção de vinho, cujas exigências de mercado obrigam a uma grande racionalização de meios, coloca sobre forte tensão todos os testemunhos históricos associados à vida agrícola, como os socalcos de pedra seca, as construções de apoio, a arquitectura das quintas e mesmo as formas tradicionais de plantio da videira. Por outro lado, o desenvolvimento do turismo pode conduzir a um crescimento desajustado das infraestruturas hoteleiras, nem sempre em sintonia com a realidade regional. Outro desafio, e talvez o mais importante, é fazer com que as pessoas, que são quem constrói diariamente esta paisagem, se fixem neste território, ameaçado pelo recuo demográfico acentuado do interior do país.

Há ainda muito por fazer. Mas foi possível travar a destruição que estava em curso com a expansão da viticultura no início deste século e consciencializar muitos viticultores para a importância do seu património. No entanto, relativamente à gestão destes

espaços, há que encontrar modelos que equilibrem a vida das pessoas com a preservação do património. As paisagens são feitas por pessoas, logo, estas devem ser envolvidas na sua gestão para que esta tenha efeito e não seja algo estranho ao seu dia-a-dia. Depois penso que se deveria afinar os instrumentos existentes, como a regulamentação da Zona Especial de Protecção, cujo território tem estado à margem da gestão da zona classificada ADV.

No caso do Pico, houve um aumento de dois terços da área cultivada, cresceu a actividade económica ligada à vitivinicultura e salvou-se claramente uma paisagem que estava em declínio e uma actividade económica em decadência com as consequências positivas que daí decorrem para a vida das comunidades, sem uma monofuncionalidade turística. Outros aspectos previstos na candidatura mais ligados à valorização cultural foram deixados para segundo plano e nesse campo há também do meu ponto de vista, um trabalho relevante a fazer.

*“... há que encontrar modelos que equilibrem a vida das pessoas com a preservação do património. As paisagens são feitas por pessoas, logo, estas devem ser envolvidas na sua gestão para que esta tenha efeito e não seja algo estranho ao seu dia-a-dia.”*

Relativamente à paisagem de Sintra e após problemas que mereceram a preocupação de várias reuniões do comité do Património Mundial, houve uma clara melhoria com a gestão e a salvaguarda da zona inscrita, mas as questões relativas à zona tampão e à zona de transição, especificidades desta candidatura e da inscrição impostas pelo ICOMOS e aprovadas pelo Comité na decisão de inscrição em 1995, são muito complexas e de muito mais difícil solução. A complexidade dos problemas da paisagem de Sintra e do modelo inerente à decisão do Comité é do meu ponto de vista bastante superior aos outros casos de paisagens portuguesas inscritas na lista da UNESCO, desde logo porque estamos a falar de uma paisagem fortemente habitada e com uma pressão urbanística que não tem paralelo nos casos congéneres.

Ana Carvalho – Para além da biodiversidade, a paisagem cultural reúne valores naturais e patrimoniais (entre outros). A dimensão imaterial da paisagem cultural, por exemplo, tem sido suficientemente valorizada nas estratégias que se têm desenvolvido?

Ana Paula Amendoeira – Em termos gerais não me parece que essa dimensão esteja suficientemente valorizada e esse será um campo em que os museus poderiam dar um excelente contributo.

Ana Carvalho – A nível nacional o que falta fazer em matéria de políticas de protecção e de valorização da paisagem cultural?

Ana Paula Amendoeira – Tal como a UNESCO criou em 1992 a categoria de paisagem cultural e vem actualizando progressivamente as Orientações Técnicas para a sua gestão, assim também a nível nacional e no quadro da harmonização do nosso quadro legal com a Convenção do Património Mundial, necessitamos entre outras coisas de uma normativa dirigida à problemática desta categoria. Gerir uma paisagem cultural como um monumento nacional ou apenas dispor de uma normativa nesse sentido abre o caminho para uma gestão casuística relativamente a uns aspectos e a outros, de contorno da legislação em vigor porque ela é, por vezes, impossível de aplicar ou claramente desadequada.

*“... não me parece que a dimensão imaterial das paisagens esteja suficientemente valorizada e esse será um campo em que os museus poderiam dar um excelente contributo”*

Ana Carvalho – Em Portugal temos uma grande variedade de paisagens. Mas conhecemos suficientemente as nossas paisagens culturais? Faz sentido falar de inventários autónomos para a paisagem cultural? Em que ponto nos encontramos?

Ana Paula Amendoeira – Penso que aqui temos que distinguir se falamos apenas das paisagens, quanto ao reconhecimento e protecção do seu valor patrimonial, e aí seria interessante e importante sistematizar (não necessariamente de forma autónoma) o seu conhecimento e a sua identificação, ou se falamos de paisagem mais do ponto de vista da Convenção Europeia por exemplo, e, nesse caso, há excelentes trabalhos de identificação/inventário, de que destaco o [Atlas da Paisagem e as Unidades de Paisagem](#) coordenado pelos Professores da Universidade de Évora Alexandre Cancela de Abreu e Teresa Pinto Correia.

Ana Carvalho – Que outras formas poderão ser desenvolvidas para proteger e valorizar a paisagem cultural? Na sua opinião, qual pode ser o contributo dos museus e das instituições ligadas ao património?

Ana Paula Amendoeira – Penso que é muito importante que se trabalhe sempre com as populações, com as comunidades que constroem as paisagens e sobretudo com as que, vivendo nelas, lhes são mais ou menos indiferentes. Os sentimentos de pertença são importantes para a defesa, para a compreensão, para o equilíbrio, para a qualidade de vida das pessoas. E para o futuro. As paisagens culturais são importantes em primeiro lugar para o futuro e não para o passado ou para o património, são uma fonte de conhecimento e também de sabedoria. Aprender a conhecê-las e a projectá-las no nosso futuro comum é do meu ponto de vista a melhor forma de as valorizar no presente. Para isso é necessária uma visão e uma estratégia que não tenha o utilitarismo mercantil como um fim. O turismo e a dimensão económica são importantes mas são instrumentais de um fim último que é o da promoção do ambiente, da qualidade de vida e da harmonia consequente com o meio. Recuperar visões e saberes tradicionais actualizando-os às necessidades do presente e associando para isso as possibilidades da produção e da transferência do conhecimento na gestão equilibrada das paisagens e convocando para isso o compromisso das comunidades implicadas é trabalho e desafio para todos nós e que pode objectivamente melhorar a vida das pessoas. Mas que melhor instituição do que os museus para costurar esta relação, para trabalhar neste sentido com os territórios, com as pessoas? Os museus possuem nas suas colecções, nos seus acervos, objectos e saberes que lhes permitem construir e reconstruir as visões do território ao longo do tempo, os museus com colecções de pintura, de escultura, de arqueologia, os museus de sítio, os museus de território, os museus de etnografia, os monográficos, etc. têm um potencial enorme como nenhuma outra instituição, eles associados com outras instituições e liderando processos de trabalho com as comunidades, com as escolas, com ligação forte a arquivos e bibliotecas para a produção do conhecimento sobre os territórios deste ponto de vista da paisagem, como unidade, com sentido para uma região, para um sítio, para um lugar podem de facto fazer a diferença. E poderão construir uma **relação consequente entre a cultura e a agricultura**, fundamental para tornar o conceito de paisagem e de paisagem cultural algo que ultrapasse o espartilho da patrimonialização.

Parece-me muito importante e significativa esta escolha para festejar o Dia Internacional dos Museus deste ano, dedicando-a à relação dos museus com as paisagens culturais. Ela aparece-nos como um ovo de Colombo de facto. É óbvia e desejável, para o bem dos nossos territórios e das nossas paisagens.

A recente [Carta de Siena](#) tem a este respeito propostas interessantes que poderão ser do meu ponto de vista aplicadas pelos museus em Portugal que tenham a vocação para uma ligação com o território. Falo da criação das *comunidades de paisagem* e da dimensão e compreensão *intercultural da paisagem* através do trabalho dos museus em parecerias alargadas nas suas regiões de influência, dando assim sentido a essa ligação das pessoas aos seus territórios de pertença.

**Ana Carvalho – O montado é um sistema que caracteriza a paisagem alentejana. Que iniciativas têm sido promovidas (ou estão previstas) pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo no campo da sua preservação e valorização?**

Ana Paula Amendoeira – A Direcção Regional de Cultura do Alentejo não promoveu nenhuma iniciativa. O montado sendo uma vastíssima região, não dispõe actualmente de qualquer protecção legal do ponto de vista da tutela patrimonial embora tenha obviamente um altíssimo valor cultural. A candidatura à lista do património mundial do montado no Alentejo e Ribatejo está a ser preparada e conduzida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo, desde 2010<sup>1</sup>. A Direcção Regional de Cultura do Alentejo tem colaborado sempre que para tal tem sido solicitada, nomeadamente para reuniões de trabalho dado que por enquanto não tem qualquer tutela sobre o bem. O processo de candidatura e de inscrição na lista da UNESCO como paisagem cultural desta vasta área, implicará, no quadro da harmonização da lei portuguesa com a Convenção do Património Mundial, que toda a área inscrita seja classificada monumento de interesse nacional. Não havendo outra categoria e outras especificidades que eventualmente se prevejam, este bem deverá como tal ser gerido, com todos os constrangimentos e ineficácias que hoje já verificamos em outros casos e não só em Portugal.

---

<sup>1</sup> Nota da ed.: veja-se notícia no jornal *Público* de 3/5/2016: <http://www.publico.pt/n1730829>.



## NOTÍCIAS ICOM

### Uma Jornada de Reflexão Estimulante

#### Desafios Contemporâneos da Educação Não Formal nos Museus

*Clara Frayão Camacho, museóloga, Direção-geral do Património Cultural*

Promovida pelo Museu do Neo-Realismo, de Vila Franca de Xira, a 2 de Fevereiro de 2016, a jornada de reflexão sobre os *Desafios Contemporâneos da Educação Não formal nos Museus* enquadra-se numa tendência de problematização do papel dos museus enquanto agentes de inclusão social e de democratização cultural. Na brochura de apresentação do encontro, este é situado «num mundo e sobretudo num Portugal “desencantado”, em que os museus e as instituições culturais podem dar um forte contributo na formação de cidadãos activos, críticos, envolvidos e exigentes, atentos à produção cultural e à sua compreensão». Neste quadro, os museus são entendidos como agentes que contribuem para uma cidadania activa e inclusiva, apresentando-se como potenciais mediadores na construção de um novo paradigma social.



Conferência no Museu do Neo-Realismo, 2016. Copyright da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, DIMRP

Os três objectivos traçados traduzem este posicionamento “engajado”: reflectir sobre o papel “formatado” dos serviços educativos nos museus; problematizar o conceito de educação não formal na experiência museal; conceber programas e projectos educativos em função dos interesses e expectativas dos diferentes públicos-alvo, potenciando as colecções dos museus.

Logo no arranque dos trabalhos, o director do Museu do Neo-Realismo, António Pedro Pita, estabeleceu as premissas de partida: aceitar a ideia de que os objectos não falam por si próprios e que dizem coisas diferentes a diferentes pessoas; em segundo lugar, a ideia de que a educação deixou de ser um processo localizado no tempo para se distribuir ao longo da vida.

O presidente do ICOM Portugal, José Alberto Ribeiro, posicionou os museus como pontes entre os objectos e o conhecimento, como veículos de transmissão de valores e como ambientes informais de educação, sugerindo o estabelecimento de parcerias e a maximização da aprendizagem digital.

Numa das intervenções centrais do encontro, a directora do Museu do Dinheiro, Sara Barriga Brighenti, apesar de frisar que não existem fórmulas para o desenvolvimento

de estratégias educativas nos museus, apresentou um conjunto de valores e de estratégias, consignadas em dez linhas orientadoras para os mediadores dos museus: ser relevante, ser criativo, ser crítico, ser inteligente, ser empático, ser único e autêntico, ser aberto e participativo, ser acessível, ser sustentável e ser melhor.

A coordenadora do Serviço Educativo da Fundação de Serralves, Denise Pollini, optou por uma comunicação de teor reflexivo sobre o papel dos serviços educativos na construção de uma nova interpretação de si próprios. Apresentando a dimensão do “museu para fora”, como herdeiro do conceito de educação passiva e incorporando os princípios construtivistas dos anos 1990, esta profissional apresentou também a dimensão do “museu para dentro”, em que os serviços educativos enfrentam o desafio de fazer parte das instituições museológicas e de questionar os modos e as idiosincrasias destas instituições.

Numa intervenção provocatória, o artista e mediador Miguel Horta, interpelou os públicos que ainda não visitam os museus e caracterizou os públicos com necessidades educativas especiais, para introduzir as questões de poder e de responsabilidade social dos museus.

Os debates foram moderados e comentados, entre outros, por membros dos corpos directivos do ICOM Portugal. Dos temas da actualidade museológica assinala-se, em particular, os museus como lugares de poder, a transversalidade das equipas, a capacidade de experimentação e a posição dos mediadores, sendo ainda apresentada uma sugestão de circulação de técnicos de serviços educativos por vários museus.

No final, a riqueza dos conteúdos das intervenções e dos debates levaram os organizadores a ponderar a realização de futuros encontros, de modo a dar continuidade à exploração dos temas abordados.

Nota da ed.: A gravação da conferência está disponível no Youtube do Museu do Neo-Realismo, dividida em três partes: <https://www.youtube.com/watch?v=2va5p855Y-s> (jornada 1); <https://www.youtube.com/watch?v=aqGza-uGVKI> (jornada 2); e <https://www.youtube.com/watch?v=bTL9qhZ8-gg> (jornada 3).

## Turismo, Inclusão, Informação

### VII Encontro de Casas-Museu em Portugal

*António Nunes Pereira, director do Palácio Nacional da Pena/Parques de Sintra – Monte da Lua, SA*

Decorreu no passado dia 19 de Fevereiro de 2016, em Évora, o *VII Encontro de Casas-Museu em Portugal: Turismo, Inclusão, Informação*. Este encontro foi acolhido pela Fundação Eugénio de Almeida, decorrendo as comunicações no Fórum Eugénio de Almeida e concluindo-se os trabalhos com uma visita guiada ao Paço de São Miguel.

A sessão iniciou-se com as boas-vindas por parte do cónego Eduardo Pereira da Silva, presidente do conselho de administração da Fundação Eugénio de Almeida, de Ana Paula Amendoeira, directora Regional de Cultura do Alentejo e de António Ceia da Silva, presidente da Região de Turismo do Alentejo – ERT. A moderação foi assegurada pelo actual presidente da direcção do ICOM Portugal e director do Palácio Nacional da Ajuda, José Alberto Ribeiro.



Encontro de Casas-Museu, Fundação Eugénio de Almeida, Fev. 2016 © Elsa Catarina Rodrigues

Seguiu-se o primeiro painel de comunicações moderado por Rui Carreteiro da Fundação Eugénio de Almeida e iniciado com António Ponte, director Regional de Cultura do Norte. António Ponte focou aspectos relacionados com a distribuição geográfica do património tutelado por aquela direcção regional, em comparação com outros factores tais como áreas de investimento público e privado, e circuitos turísticos. Apesar do grande interesse do tema, faltou um maior enfoque no papel das casas-museu dentro deste contexto, que explorasse as potencialidades destes objectos patrimoniais. O orador seguinte e autor deste comentário, António Nunes Pereira, concentrou-se nas estratégias de acolhimento dos visitantes no Palácio Nacional da Pena que dirige, perante o crescente número de turistas que anualmente visitam Sintra. Estas estratégias inserem-se na gestão da empresa Parques de Sintra – Monte da Lua, e estendem-se a todos os polos museológicos sob sua tutela, que incluem tanto antigas residências (quatro palácios, um castelo, um *chalet* e um convento), como os jardins e parques que as rodeiam.

A sessão da tarde foi moderada por Maria de Jesus Monge, directora do Paço Ducal de Vila Viçosa. Carmen Jiménez Sanz, chefe do serviço de Dinamização dos Recursos Turísticos e Culturais da Comunidade de Madrid, apresentou uma muito interessante comunicação sobre as casas-museu de Madrid. O conteúdo centrou-se nas actividades

de acolhimento de visitantes, assim como numa estratégia conjunta destas Casas para divulgação de programação e potencialização mútua de visitas.

As apresentações encerraram-se com a comunicação conjunta de três técnicos da Direção-Geral do Património Cultural, Clara Mineiro, João Herdade e Fátima Peralta. De uma forma (aparentemente) ligeira foi abordado um assunto extremamente delicado: até que ponto o Palácio Nacional da Ajuda é acessível a todos? Os autores apresentaram algumas filmagens onde os próprios, simulando uma mobilidade reduzida, e visitantes reais, com diferentes limitações, encontravam obstáculos a uma visita plena no principal antigo palácio real do país.

O dia de trabalhos encerrou-se com uma visita guiada ao Paço de São Miguel, antiga residência da família Eugénio de Almeida em Évora, que incluiu o arquivo e a biblioteca familiares. O cicerone, Rui Carreteiro, técnico superior de Arquivo da Fundação Eugénio de Almeida, demonstrou uma capacidade comunicativa exemplar. Conjugou a informação histórica sobre arquitectura, belas-artes e artes aplicadas a partir dos objectos expostos, com a história desta família através de documentos e de fotografias. Do mesmo modo, Rui Carreteiro conseguiu inserir a informação factual num discurso muito bem-humorado e até irreverente, mantendo os visitantes sempre atentos e predispostos à assimilação da informação.

O *VII Encontro de Casas-Museu em Portugal* teve ainda um prolongamento para o dia seguinte, com uma visita ao Paço Ducal de Vila Viçosa guiada por Maria de Jesus Monge, a que o autor deste comentário não pode assistir.

Neste *Encontro de Casas-Museu em Portugal* organizado por membros do DEMHIST (Comité Internacional do ICOM para Museus em Casas Históricas), foram abordados assuntos decorrentes da musealização de espaços domésticos. Estes espaços são testemunho não só de uma forma de habitar de uma determinada época, mas também do percurso de vida de um ou mais personagens reais. Deste modo, a Casa-Museu tem uma vertente histórico-antropológica específica, inexistente no museu tradicional. Para nós, técnicos de casas-museus, este foi um encontro com os temas com que nos debatemos diariamente.

## *Museums, One Object: Many Visions*

Conferência Internacional do Museu Nacional de Arqueologia e ICOM Portugal

*Dália Paulo, museóloga*

Decorreu no dia 22 de Fevereiro de 2016 a conferência *Museums: One Object, Many Visions*, organizada pelo Museu Nacional de Arqueologia no âmbito do projecto internacional *EuroVision – Museums Exhibiting Europe* (EMEE) (2012–2016). A conferência foi organizada em parceria com o ICOM Portugal (cf. [programa](#)).



Conferência no Museu Nacional de Arqueologia, 22 de Fev. 2016 © Ana Carvalho

O seminário contou com mais de uma centena de participantes, nacionais e estrangeiros, profissionais ligados a museus, à educação em museus, e ao design; dentre os quais destacamos, pela sua primeira presença em Portugal, Hans-Martin Hinz, presidente do ICOM central.

O dia organizou-se em quatro sessões que tiveram como convidados: Hans-Martin Hinz, Luís Raposo, membro da direcção do ICOM Europa, Susanne Popp, coordenadora do projecto EMEE e professora da Universidade de Augsburg (Alemanha), Joaquim Jorge (Museu de Loures), Emma Nardi, presidente do ICOM CECA (Comité Internacional para a Educação e Acção Cultural), David Vuillaume, presidente da NEMO (Network of European Museum Organisations), Mário N. Antas, coordenador do EMEE no Museu Nacional de Arqueologia, Uwe Brückner, fundador do Atelier Brückner GmbH (Alemanha), e Isabel Dâmaso, Mariano Piçarra, Tiago Jordão e Leonardo Rossetti da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa.

Foi uma jornada que se pautou por apresentações que impeliram a uma **mudança de perspectiva** na forma como os museus podem/devem usar as suas colecções e ferramentas museológicas; como (re)pensam o mundo contemporâneo, questionando-se a si e aos lugares, acção essencial para compreender o mundo em que vivemos.

Hans-Martin Hinz enfatizou que os museus podem ser lugares de reconciliação com a história recente, através da participação e da inclusão de histórias e de pessoas, lembrando que para isso são necessárias **novas competências e novos quadros mentais** para que se possa, em conjunto, partilhar a história comum e diversa da Europa. Museus que, para Luís Raposo, constituem uma **marca da Europa**; Raposo apresentou os resultados do estudo britânico *The Economic Impact of Museums* (2015), considerando que os europeus “*Love Museums*” e que os profissionais dos museus devem estar atentos e mais activos relativamente aos impactes económicos dos seus equipamentos. Considerou ainda que para servirmos melhor as comunidades devemos

estar atentos a estudos recentes, nomeadamente os que têm sido produzidos no âmbito do projecto MELA – *European Museum in an Age of Migrations*, especialmente: *European Museums in the 21st Century: Setting the Framework* (3 v); e ainda o estudo *New Trends in Museums in 21st Century* (2013) que foi publicado no âmbito do projecto LEM – *The Learning Museum*, e os relatórios da *American Alliance of Museums*, por exemplo entre 2012 e 2015; em resumo: repensar estratégias, aprender com os outros e mudar perspectivas devem constituir linhas de actuação prioritárias.

Susanne Popp apresentou o projecto EMEE e as suas três componentes: a reinterpretação europeia dos objectos; a activação e a participação dos visitantes e a ampliação de perspectivas; tendo a dupla função de provocar impacte local (nos vários parceiros), assim como colocar os museus na agenda da Europa, funcionando como força motriz capaz de reforçar e consolidar a identidade europeia, através de uma interpretação e leitura multicultural da Europa entendida como força agregadora. A **complexidade europeia** que deve, através dos museus, ser questionada e repensada para, idealmente, se alcançar a paz e a tolerância duradouras na Europa.

Neste caminho da reinterpretação de objectos, foi apresentado, por Joaquim Jorge, o projecto europeu *Educação para uma Cidadania Global* (*Museo Mundial*). O trabalho foi levado a cabo por organizações não-governamentais, que utilizam os museus como ferramentas de educação para uma cidadania global, tratando temas como a água, a pobreza, o desenvolvimento sustentável, colocando os **museus como parceiros activos de mudança e de questionamento**; museus implicados com o mundo; museus como lugares de poder, de inovação e de experimentação, possibilitando zonas de contacto.

A educação, o seu papel e valor foram apresentados por Emma Nardi, David Vuillaume e Mário Nuno Antas que questionaram a forma como os museus podem explorar o seu potencial educacional através de um **novo paradigma**, constituindo-se como lugares de (des)encontro onde se podem/devem apresentar e partilhar diferentes pontos de vista, lugares para aprender. O processo educacional (activo) pode passar por três fases: aprendizagem, repensar o papel social dos museus e a colaboração que, para um dos autores, foi considerada a chave para um *museu feliz*.

O último painel foi dedicado à museografia, tendo sido apresentados vários projectos do atelier Brückner e o projecto de um colectivo de designers da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, que se focaram no processo de concepção da ideia, dos objectos, da história que se quer contar e da sua materialização na cenografia do espaço; da recontextualização e de como, também aqui, se muda de perspectiva, ou seja, como colocar o objecto a dialogar com o visitante.

Valores, Europa, educação, reinterpretação, mudança de perspectiva, multidisciplinaridade, multiatitudo, multi-visões, colaboração, inclusão, participação, questionamento social... foram os conceitos que perpassaram pela maior parte das comunicações. Termina com eles porque creio que há muito caminho a percorrer para que se incluam verdadeiramente na prática diária dos museus portugueses... ou estarei a ser céptica?

## Notas de Balanço Crítico das Jornadas de Primavera

A Propósito do Dia Internacional dos Museus: A Carta de Siena e a Recomendação da UNESCO, Jornadas de Primavera do ICOM Portugal

*Graça Filipe, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa*

### 1. A Recomendação da UNESCO relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade

Creio que foi bem sucedido o modelo, designado por conversa, escolhido pelos organizadores desta Jornada (28 de Março de 2016), para a apresentação da enunciada [Recomendação](#) da UNESCO, de 17 de Novembro de 2015. A conversa contou com três intervenientes, em que Ana Carvalho colocou questões assertivas e pertinentes, ora a Clara Frayão Camacho, ora a Pedro Pereira Leite, proporcionando a cada um destes dar relevância, nas suas respostas, a aspectos diferenciados da Recomendação e apontando visões complementares de análise sobre o seu contexto.



Jornadas de Primavera, no Palácio Nacional da Ajuda, 28 de Mar. 2016 © Ana Carvalho

Quanto aos antecedentes e ao processo que conduziu à Recomendação de 2015, foi sublinhado tratar-se da segunda vez que a UNESCO centra uma iniciativa desta natureza em museus. Há que enfatizar que a primeira Recomendação, de 1960, demonstrava uma visão muito avançada, em certa medida vanguardista, e apresentava formulações importantes, apontando a função social do museu. Por outro lado, foi relevado o papel do Brasil (com protagonismo do Instituto Brasileiro de Museus), concretizando eficientemente um processo pontuado pela Reunião de Especialistas sobre a Protecção e a Promoção dos Museus e das Colecções, promovida pela UNESCO no Rio de Janeiro em 2012 e cujas conclusões finais e recomendações constituíram um documento essencial para se chegar à Recomendação de 2015.

Abordada a questão da novidade trazida por esta última Recomendação da UNESCO, foi não só apontada a incidência nas políticas públicas dos Estados membros (o que no entanto seria um fim inerente à razão do próprio processo: a protecção e a promoção dos museus), assim como foi sublinhada a inclusão das colecções. Este é um aspecto do documento que considero de interpretação ambígua, tanto do ponto de vista conceptual, visto não ser claro o tipo de afectação das colecções a que se refere, quanto das potenciais medidas de operacionalização. Note-se que no documento precedente, de 2012, são referidas as colecções que reportam às instituições e aos processos museais (no sentido em que o ICOM define colecção) e não fora do seu contexto.

Quanto aos efeitos esperados e implicações práticas das Recomendações, para além de vincada a imprescindibilidade de políticas públicas, também em Portugal, onde já temos instrumentos legais consonantes com os propósitos em vista pela UNESCO, foi naturalmente evocado o importante papel dos profissionais, principalmente no seio das próprias organizações públicas e para além destas. Creio que esta reflexão tem de ser também levada para todos os sectores da sociedade, lembrando a responsabilidade comum em relação aos patrimónios e que as políticas públicas reconheçam a necessidade de participação através da agilização de processos participativos, inclusivos, em novos modelos de gestão que abarquem as entidades museais.

## **2. A Carta de Siena (ICOM Itália, 2014) e o tema do Dia Internacional dos Museus - 2016, Museus e Paisagens Culturais**

O documento do ICOM Itália, de 2014, denominado [Carta de Siena](#) – Museus e paisagens culturais, cuja versão inicial foi apresentada e debatida numa conferência daquela organização italiana, em Siena, em Julho do referido ano, foi-nos apresentado por Joana Sousa Monteiro e por Dália Paulo, as quais, recorrendo a várias citações, descreveram os vários pontos do texto e salientaram aspectos que consideraram mais inovadores para as práticas museais. Procuraram também fazer uma contextualização do tema no universo conceptual da Museologia contemporânea e deram ênfase a questões operacionais e a preocupações relacionadas com as suas experiências profissionais no campo dos museus e do património cultural.

A importância universal e a centralidade do tema da paisagem no panorama patrimonial e museológico de Itália - salientando-se a promoção, desde 2007, das Jornadas de Paisagem – tornaram-no relevante para a 24.ª conferência geral do ICOM que se realizará em Julho de 2016 em Milão, bem como para a comemoração do Dia Internacional dos Museus, no mês de Maio.

Note-se que a Carta de Siena, por mais que deva ser entendida como uma referência extensível a outros países e regiões, parte de antecedentes específicos e de um contexto característico da Itália, para apontar princípios de sustentabilidade e convocar estratégias patrimoniais com lógicas participativas já presentes em vários campos de interacção entre museus e territórios italianos. Nalguns pontos do documento do ICOM Itália reconhecem-se implícitas convergências ideológicas e de conceitos operativos com documentos de referência da UNESCO e europeus, tais como, entre os mais recentes, a Convenção da UNESCO sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), a Recomendação da UNESCO sobre a Paisagem Urbana Histórica (2011), a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000) e a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade (ou Convenção de Faro, 2005).

Na Carta de Siena distingue-se porém uma significativa evolução conceptual de museu (por comparação com a definição do ICOM), sob a ênfase da vocação territorial, pluridisciplinar, dos museus italianos e da extensão das suas missões, tornando-os protagonistas do desenvolvimento sustentável dos territórios, da protecção e da



valorização das paisagens em que se inserem e, portanto, responsáveis por um campo patrimonial alargado, para além dos seus acervos. Para debater a desafiante perspectiva plasmada no documento do ICOM Itália de 2014, creio que importa também conhecer a experiência dos ecomuseus italianos, enquanto processos participativos de apropriação e gestão de património e a sua dinâmica operacional, com suas estruturas de projecto, principalmente na primeira década do nosso século.

### **3. Breve reflexão geral**

Dos dois documentos dados a conhecer e debatidos na Jornada do ICOM Portugal, dir-se-ia que ideologicamente o mais desafiante é a Carta de Siena, apesar de o mais relevante, politicamente e em termos administrativos, ser a Recomendação da UNESCO. Confrontar dois documentos afinal tão distintos proporciona-nos reflectir sobre uma espécie de paradoxo, ou talvez não, entre a necessidade de medidas excepcionais de protecção e de promoção dos museus, no mundo contemporâneo e a visão de possíveis extensões e da reperspectivação das suas missões, segundo contextos territoriais específicos e diferenciados. É fundamental a discussão entre os membros das organizações não governamentais e a interpelação propositiva dos diversos organismos governamentais e de tutela dos patrimónios para que se comprometam com políticas públicas abarcando todos os patrimónios e todos os processos museais, por estratégias transversais e planos de trabalho que impliquem não só os profissionais dos vários sectores que lhes estão ligados, mas também associações, instituições e pessoas interessadas em participar na acção e na gestão patrimoniais.

## MUSEUS & PESSOAS: Pedro Gadanho

Por Ana Carvalho

Um novo edifício junto ao Museu da Electricidade começa a ganhar forma. Trata-se do futuro Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia da Fundação EDP, a inaugurar em Outubro deste ano, um novo equipamento que irá marcar a paisagem cultural lisboeta. Para conhecer este ambicioso projecto fomos conversar com Pedro Gadanho, director do museu.

**N**a portaria do Museu da Electricidade, enquanto esperávamos por Pedro Gadanho, pudemos perceber o vaivém de pessoas externas, não necessariamente visitantes de museus. Por ali passavam engenheiros, construtores, especialistas vários... Todo aquele burburinho confirmava: estão em curso grandes mudanças, prepara-se, afinal, um novo museu.

O novo projecto museológico irá absorver a estrutura museológica existente conhecida até agora como Museu da Electricidade para passar a ser o Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia (MAAT). Para isso, está em construção um novo edifício que prolongará a estrutura já existente. O novo projecto, orçado em 20 milhões de euros, é assinado pelo atelier da arquitecta britânica Amanda Levete, que é também responsável pelo projecto de ampliação (em curso) do Victoria & Albert Museum, em Londres.



Pedro Gadanho (n. 1968) assumiu a direcção do MAAT em Outubro de 2015 e estará ao leme da instituição durante os próximos três anos. Com um percurso multifacetado, Gadanho estreia-se na direcção de um museu. Vem da arquitectura (Universidade do Porto), área em que se licenciou (1992) e doutorou (2007), mas fez incursões no campo do design e da arte. Além de arquitecto, professor, escritor e *blogger*, a curadoria faz parte do seu percurso, sobretudo a partir de 2000 no âmbito da programação para o Porto, capital europeia da cultura (2001), com a exposição *Post. Rotterdam*. Desde então tem trabalhado como *freelancer* na curadoria de exposições ligadas à arquitectura e ao design, cá dentro e lá fora.

A entrada efectiva de Pedro Gadanho no mundo dos museus deu-se em 2012 quando começou a trabalhar como curador de arquitectura contemporânea no MoMA, Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. «Foi uma opção tardia e inesperada, e não prevista»,

confessa Pedro Gadanho. A sua experiência no MoMA terá sido a razão que o catapultou para a direcção do MAAT, como se subentende nas palavras de [António Mexia](#), CEO da EDP: «O perfil e a experiência internacional de Pedro Gadanho são essenciais para a ambição que queremos para o MAAT, tornando-o um espaço marcante da cultura contemporânea em Portugal».

### **Um museu activador**

O MAAT (Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia) afirma-se acima de tudo como um museu de arte contemporânea que procura estimular o diálogo entre artistas portugueses e internacionais. «A arquitectura e a tecnologia surgem aqui como referências com as quais trabalhamos, ou seja, é um museu de arte contemporânea que depois reflecte sobre questões de arquitectura e de cidade, e sobre o impacto das novas tecnologias na nossa vida», explica Pedro Gadanho. Não se trata de mais um museu a basear-se na ideia de «continuar a história da arte e de trabalhar com a história da arte» ou de um posicionamento meramente contemplativo sobre a arte contemporânea, adverte o director do museu. O MAAT terá um papel mais activista no sentido de trazer a reflexão crítica para dentro do museu. Nesse sentido, Pedro Gadanho sublinha: «interessa-nos trabalhar com artistas que fazem uma reflexão crítica sobre a realidade».

A ideia de “museu activador” prolonga-se ainda na vontade do MAAT em trabalhar com outros parceiros no sentido de participar numa transformação positiva da cidade: «Temos claramente como ambição fazer parte de um momento em que Lisboa se torna mais atractiva, mais interessante e que traz mais gente», defende. Esta ambição significa também uma abordagem mais activista do museu no sentido de promover a reflexão crítica sobre a arte contemporânea.

### **Um museu promissor**

Com vista para o estaleiro do novo edifício, uma equipa de 25 pessoas encontra-se já a trabalhar na programação do MAAT, a par com as obras que avançam a bom ritmo. A equipa do museu tem pela frente o desafio de programar para uma área expositiva que terá mais de 3 000 m<sup>2</sup>, sete a oito exposições em rotação, perfazendo um total de 18 a 20 exposições por ano, e um orçamento anual para exposições que ronda os dois milhões de euros. O desafio é ambicioso tanto em termos de recursos humanos como do ponto de vista da organização, como sublinha Pedro Gadanho. Para concretizar os objectivos propostos, o MAAT terá de recorrer também à contratação pontual de curadores externos.

### **Internacionalizar**

A internacionalização faz parte do *ethos* do MAAT. Neste momento a prioridade, diz Pedro Gadanho, «é afirmar uma posição, afirmar o lugar do museu no mundo da arte contemporânea». Esse caminho já começou a ser trilhado, por exemplo, com o

lançamento do MAAT em [Madrid](#) e, mais recentemente, em Bruxelas. «Queremos ser um museu que tem um respeito internacional que permita (...) um reconhecimento e uma vontade de trabalhar connosco». O MAAT pretende ser uma plataforma de encontro entre o trabalho de artistas portugueses, alguns deles a circular lá fora, e artistas estrangeiros que serão convidados a participar em exposições colectivas e para a realização de instalações encomendadas. A construção de redes e parcerias com museus estrangeiros é nesta fase uma das principais preocupações do MAAT.

Quanto às parcerias a nível nacional, também se perspectivam iniciativas. Prevê-se, por exemplo, uma colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa para levar as exposições organizadas a partir da Colecção de Arte da Fundação EDP ao Porto. Constituída por mais de 1000 obras, a Colecção de Arte da Fundação EDP foi criada em 2000 e é também um dos pilares do trabalho a realizar pelo MAAT. Está balizada a partir da década de 1960 e compreende obras de artistas portugueses contemporâneos. Tem sido aumentada com obras de artistas mais jovens, nomeadamente premiados e finalistas do [Prémio Novos Artistas Fundação EDP](#). Mais recentemente, esta colecção foi enriquecida com a aquisição da colecção de arte de Pedro Cabrita Reis.

### **O futuro do Museu da Electricidade**

Pouco mudará quanto ao Museu da Electricidade. O edifício da Central Tejo passará a fazer parte do circuito museológico ligado à arqueologia industrial e à oferta que o MAAT proporcionará, constituindo um núcleo permanente. Globalmente, haverá um único museu, com uma identidade única. O MAAT vai ocupar áreas expositivas tanto no edifício da Central Tejo como no edifício contíguo, actualmente em construção. Prevê-se, no entanto, uma remodelação do design gráfico e visual do Museu da Electricidade, mas a equipa manter-se-á, assim como o seu projecto educativo.

### **Novos públicos para o MAAT**

A conquista de novos públicos faz parte da estratégia do novo museu. Os turistas são um dos segmentos de público a captar, mas também os públicos que estão afastados da arte contemporânea. Neste sentido, a maximização de públicos implica, nas palavras do director, um projecto pedagógico e, porventura, uma mudança na forma de trabalhar. Isso passará, por exemplo, por «ter um texto explicativo que permita a um espectador que não está dentro do circuito da arte contemporânea compreender o que um artista está a fazer com uma obra, que não é assim tão evidente como possa parecer». O museu pretende «transmitir às pessoas que se vierem a um museu como o MAAT de certeza que não saem daqui indiferentes, que vão aprender alguma coisa, vão-se defrontar com uma reflexão sobre um tema que se calhar não estavam à espera. Não é apenas uma questão de contemplação estética, mas de sair daqui com um pensamento crítico». Em clara demarcação de muitos dos museus de arte contemporânea no que diz respeito à interpretação e ao envolvimento dos públicos na arte, tudo leva a crer que o MAAT deixará marca na paisagem cultural, a vários níveis.

## PUBLICAÇÕES

---

### Sugestões de leitura

#### *Museus e Paisagens Culturais*

Basto, Ana. 2015. “Da Inventariação à Salvaguarda do Património Paisagístico.” Relatório de estágio no âmbito do mestrado em Arquitectura Paisagista, Universidade do Porto.

<http://hdl.handle.net/10216/82313>

Capelo, Sofia, Filipe Themudo Barata, e José Manuel Mascarenhas. 2011. “Why Cultural Landscapes Have Different Values? Thinking About Heritage Landscape Evaluation and Monitoring Tools.” *Journal of Landscape Ecology* 4 (1): 5–17.

<http://hdl.handle.net/10174/3764>

Cardoso, Isabel Lopes, org. 2013. *Paisagem e Património: Aproximações Pluridisciplinares*. Porto: Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) e Dafne Editora.

Carvalho, Paulo, e João Luís J. Fernandes. 2012. *Património Cultural e Paisagístico*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Estevão, Florbela. 2013. “Transformações de uma Paisagem: Sistema Defensivo das Linhas de Torres e a sua Musealização.” Dissertação de mestrado em Museologia, Universidade do Porto.

<http://hdl.handle.net/10216/75082>

Fauvrelle, Natália. 2015. “De Paisagem a Património: A Classificação como Processo de Musealização da Paisagem.” In *Processos de Musealização. Um Seminário de Investigação Internacional. Actas do Seminário*, editado por Alice Semedo, Sandra Senra, e Teresa Azevedo, 157–168. Porto: Universidade do Porto. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13482.pdf>

Leite, Ana. 2013. “Estratégias de Gestão e de Conservação para a Paisagem Cultural de Sintra, Património Mundial.” Dissertação de mestrado em Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/6170>

Mascarenhas, José Manuel de, Filipe Themudo Barata, e Sofia Capelo. 2014. “How Important is Social Cohesion to Heritage Landscape Preservation and Interpretation?” ECLAS Conference *Landscape: a Place of Cultivation*, Porto, Portugal, 21–23 September 2014.

<http://hdl.handle.net/10174/12466>

Oliveira, Catarina. 2012. “Que Significados para as Paisagens Culturais?” *Património.pt* (Por Dentro), 11 de Dezembro. <http://www.patrimonio.pt/index.php/por-dentro/438-que-significados-para-as-paisagens-culturais>

Ramsay, Juliet, e Ken Taylor. 2016. *21st Century Challenges Facing Cultural Landscapes*. London: Routledge.

Roe, Maggie, e Ken Taylor. 2014. *New Cultural Landscapes*. London: Routledge.

Taylor, Ken, Archer St. Clair, e Nora J. Mitchell. 2015. *Conserving Cultural Landscapes: Challenges and New Directions*. London: Routledge.

Taylor, Ken, Jane Lennon. 2012. *Managing Cultural Landscapes*. London: Routledge.

### **Links úteis:**

#### [Associação Portuguesa dos Jardins Históricos \(AJH\)](#)

É uma associação sem fins lucrativos que reúne proprietários de jardins históricos, profissionais de jardins e amantes da jardinagem, do património e da natureza. Promove a salvaguarda do património paisagístico organizando actividades culturais e formativas, e apoiando projectos integrados de recuperação e valorização turística.

#### [The Cultural Landscape Foundation](#)

Organização americana sem fins lucrativos que promove um entendimento do que é a paisagem cultural e sua valorização. Apresenta no seu *website* vários recursos úteis.

#### [CIIC \(ICOMOS International Scientific Committee on Cultural Routes\)](#)

O CIIC é o comité do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) dedicado à valorização dos itinerários culturais. Foi criado em 1998.

#### [IFLA \(ICOMOS International Scientific Committee on Cultural Landscapes\)](#)

O IFLA (International Federation of Landscape Architects) é o comité do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) para as paisagens culturais. Foi criado em 1971, então como “International Scientific Committee on Historic Gardens and Sites”, tendo em 1999 adoptado a actual designação no sentido de uma noção mais alargada de paisagem cultural.

#### [EICR \(European Institute of Cultural Routes\)](#)

Instituto criado em 1998 sob os auspícios do Conselho da Europa e do governo do Luxemburgo. Certifica rotas culturais e dá assistência a novos projectos que queiram obter certificação, organiza formação nesta área e coordena uma rede universitária. Entre as rotas culturais certificadas (33 em 2015) está o Caminho de Peregrinos de Santiago de Compostela (desde 1987).

#### [LALI \(La Iniciativa Latinoamericana del Paisaje\)](#)

Iniciativa dedicada a promover o reconhecimento, a valorização, a protecção, o planeamento e a gestão sustentável da paisagem latinoamericana.

#### [International Rural Network](#)

Constituída em 2003 no Canadá, esta rede internacional procura envolver diferentes parceiros em torno das temáticas do desenvolvimento sustentado das comunidades rurais. Tem como objectivo a partilha de conhecimentos, experiências e investigação, construindo competências e promovendo assistência internacional.

## Novas edições 2016



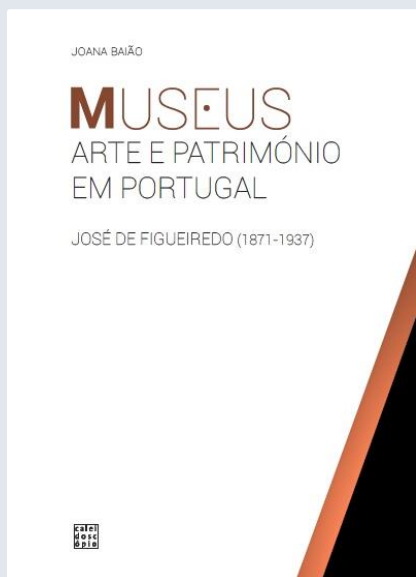
*Revista Património*, número 3. Edição da Direção-Geral do Património Cultural. Revista impressa.

O novo número da *revista Património* tem como tema o «Património Cultural e Comunicação» no caderno principal. Como refere Manuel Lacerda, director da revista, «Comunicar o património cultural implica saber, a cada momento e em cada contexto, o que pretendemos comunicar e para quem, através de que meios e, fundamentalmente, saber a razão porque o fazemos». No contexto dos museus, destaca-se o texto de Inês Fialho Brandão («Os Museus Seduzem-nos?»), que aborda a promoção (ou a inibição) da acessibilidade física, intelectual e social dos museus e a integração dos valores de inclusão nas suas estratégias e práticas.



“Museus, Discurso e Poder”, dossier temático da revista *MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares*, 6.º número | 2016. Disponível [online](#).

Este número apresenta um dossier especial dedicado aos “Museus, Discurso de Poder” e quatro notações relativas a projectos diversos na área dos museus. O dossier contou com dois coordenadores convidados, Paulo Simões Rodrigues (Universidade de Évora), que é também co-editor da revista, e Laurajane Smith (Australian National University). Pretendeu-se «promover uma reflexão crítica acerca do papel dos museus na definição da função política do passado no presente, designadamente através do poder que as sociedades lhes conferem de fixar discursos normalizadores sobre a memória e a história», sublinham os coordenadores do dossier.



Joana Baião. 2016. *Museus, Arte e Património em Portugal: José de Figueiredo (1871–1937)*. Edição Direção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópico. Colecção “Estudos de Museus”.

O livro centra-se na vida e obra daquela que pode ser considerada «uma das mais importantes figuras da História da Arte e da Museologia portuguesas do início do século XX». A realização deste estudo permitiu uma «análise aprofundada das várias áreas de actuação de José de Figueiredo no panorama cultural português», sublinha a autora. O livro resulta da sua tese de doutoramento, desenvolvida no âmbito do doutoramento em História da Arte,

especialização em Museologia e Património Artístico da Universidade Nova de Lisboa. É o primeiro livro a ser publicado na recém-criada colecção “Estudos de Museus”.

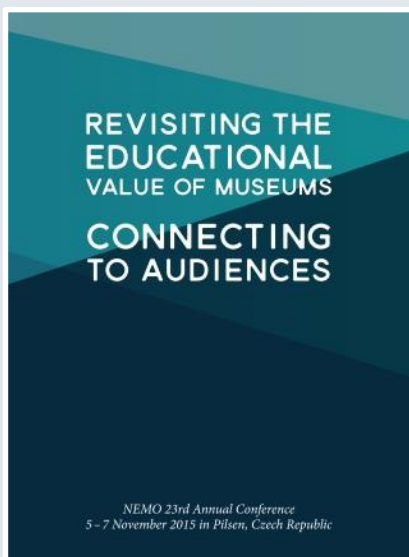


Clara Frayão Camacho. 2016. *Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia*. Edição Direção-Geral do Património Cultural e Caleidoscópico. Colecção “Estudos de Museus”.

Ao longo das últimas décadas verifica-se por toda a Europa um crescimento assinalável do número de museus. Neste contexto, como se organizam os museus e como se caracterizam as políticas museológicas desenvolvidas pelos vários governos nacionais? Que traços comuns e que diferenças se encontram de país para país? O conceito de museu é idêntico ou variável? Como surgem e como se desenvolvem os sistemas e as redes de museus? Este livro explora as relações entre as redes nacionais de

museus e a credenciação numa viagem a nove países: Espanha, França, Irlanda, Itália, Letónia, Países Baixos, Polónia, Portugal e Reino Unido. O livro resulta da tese de doutoramento da autora na Universidade de Évora. É o segundo livro da colecção “Estudos de Museus”.





NEMO, ed. *Revisiting the Educational Value of Museums: Connecting to Audiences*. 2016. 56 páginas. Versão impressa e [online](#).

Publicação das actas da conferência organizada pela NEMO (Network of European Museum Organisations) que se realizou entre 5 e 7 de Novembro de 2015 em Pilsen, na República Checa. O livro revisita a função educativa dos museus, tema nuclear da actividade museológica. Destacamos os contributos das nossas colegas portuguesas, Maria Vlachou com o texto *Are We Failing? Considerations on the Role Museums May Currently Have in Education* e Clara Frayão Camacho com *Pioneering*

*Museums in the Educational Sector in Ibero-America* (em co-autoria com Mônica Barcelos).



*Trendswatch 2016*. Edição da American Alliance of Museums. 51 páginas. Versão [online](#).

Neste relatório identificam-se cinco tendências na sociedade americana e explora-se a sua implicação para os museus: 1) a forma como o trabalho e os locais de trabalho têm mudado; 2) a acessibilidade atendendo a um público com necessidades especiais; 3) realidade aumentada e seus dispositivos; 4) a representação, envolvendo questões relativas à identidade, ao controlo, e à desconstrução de categorias (que limites? Quem fala por quem?); 5) Felicidade e bem-estar, e suas métricas. Para cada uma das tendências o relatório oferece exemplos concretos de iniciativas em museus.



Kayte McSweeney e Jen Kavanagh, eds. *Museum Participation: New Directions for Audience Collaboration*. 2016. Edição MuseumsEtc. 636 páginas.

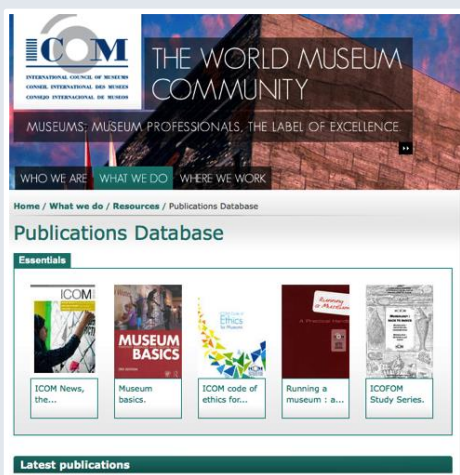
Este livro defende a ideia de que a participação genuína é muito mais do que “fazer parte”. Reconhecendo que para muitos museus o compromisso com a participação é ainda muito superficial, o livro apresenta vários exemplos de práticas participativas.



Schilling, Susanne, Cinzia Angelini, Günther Friesinger, e Susanne Popp, eds. 2016. *European Perspectives on Museum Objects: Selected Examples on the Change of Perspective*. Edição Mono. EMEE Toolkit series, n.º 6. 275 páginas. Disponível [online](#).

Esta publicação ilustra 33 exemplos práticos da implementação das ideias desenvolvidas no âmbito do projecto *EuroVision – Museum Exhibiting Europe* –

EMEE (2012–2016). O projecto foi financiado por fundos europeus do programa Cultura 2007–2013, e explora as questões da multiculturalidade e a reflexão em torno das identidades nacionais a partir dos museus de história de âmbito nacional e regional. O parceiro português é o Museu Nacional de Arqueologia. Este é o sexto manual disponibilizado: <http://www.museums-exhibiting-europe.de/>



Encontra uma lista actualizada de novas publicações na [base de dados](#) do ICOM central (incluindo *newsletters* dos vários comités nacionais e internacionais, e monografias), na [Routledge](#) (editora internacional de livros académicos, revistas e recursos em linha no âmbito das ciências sociais), na [MuseumsEtc](#) (editora independente com base em Edimburgo e Boston), na [Museum-iD](#) (editora independente com sede no Reino Unido). Conheça a série [On Museums](#) editada por The Inclusive Museum (Estados Unidos), entre outras.

## AGENDA

---

### Conferências, encontros, debates (nacional)

#### *Habitar [Património] Viseu: Ao Tempo de Almeida Moreira | 18–20 de Maio*

Org. Museu Nacional Grão Vasco, entre outros | Viseu

Considerando a influência e importância de Francisco António de Almeida Moreira (1873–1939), primeiro director do Museu Grão Vasco, este congresso procura estabelecer um padrão quanto ao modo de entender a transição dos séculos XIX para XX. Iniciativa realizada no âmbito do centenário do Museu Grão Vasco. Mais informações em:

<http://www.projectopatrimonio.com/habitar/2016.html>

#### *Conferência Internacional sobre Educação Patrimonial: O Estado da Arte em Portugal | 20 de Maio*

Org. Spira – Revitalização Patrimonial | Laboratorio Chimico e Auditório M. Valadares, Museu Nacional de História Natural e da Ciência | Lisboa

A conferência pretende proporcionar um momento de reflexão com especialistas nacionais e estrangeiros, tendo presente o ponto em que se encontra a matéria da Educação Patrimonial em Portugal. Mais informações em: <http://www.aproxima-te.com/!conferencia/sonxy>

#### *Encontro Museus e Paisagens Culturais | 21 de Maio*

Org. Direção-Geral do Património Cultural | Museu Nacional do Traje | Lumiar

Sobre os critérios de definição de paisagens culturais, tendo em conta a suposta excepcionalidade de umas e o carácter comum de outras, da relação entre edifícios destinados a albergar colecções e a paisagem em que se integram e com a qual interagem, da paisagem – todas as paisagens – como sistema cultural e identitário e da visão holística, de sustentabilidade, entre territórios e entidades museais se falará neste Encontro, que reúne quatro especialistas de áreas distintas que apresentam as suas visões sobre este tema controverso e fascinante. Mais informações: <http://www.patrimoniocultural.pt>

#### *Seminário sobre Mediação Cultural | 23 de Maio*

Org. Museu Municipal de Loulé, Serviços Educativos | Loulé

O seminário sobre mediação cultural destina-se a todos os profissionais ligados à cultura. O programa conta com a participação de Ana Rita Canavarró, Bekky Moran, Catarina Moura, Catarina Oliveira, Denise Pollini, Inês Fialho Brandão e Susana Menezes. As inscrições são gratuitas, mas obrigatórias. Podem ser efectuadas para: [servicos.educativos@cm-loule.pt](mailto:servicos.educativos@cm-loule.pt) ou através dos telefones 289 400 611 e/ou 289 400 885.

### Conferência *O Património e as Pessoas* | 23 de Maio

Org. Casa da América Latina | Lisboa

A conferência tem como ponto de partida o livro “Pessoas, Objectos e Sentimentos”, escrito por Gonçalo Amaro, investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, após uma estadia de quatro anos no Chile. O objectivo passa por reflectir sobre a problemática actual dos estudos do património, destacando a sua importância social nos países da América Latina e tentando vincular esses exemplos aos estudos feitos em Portugal. Mais informações: <http://casamericalatina.pt/2016/04/26/cal-promove-conferencia-o-patrimonio-e-as-pessoas/>

### Congresso Internacional *Construção Naval. Arte, Técnica e Património* | 23–25 de Maio

Org. Câmara Municipal de Vila do Conde | Auditório do Teatro Municipal, Vila do Conde

O congresso conta com comunicações de investigadores, de responsáveis por políticas públicas de memória e património e de agentes económicos ligados à construção naval e ao turismo cultural. Está organizado em torno de três eixos centrais: 1) construção naval em madeira - técnicas e arquitectura naval; 2) memórias sociais e comunidade; e 3) usos sociais da memória: património e turismo. Mais informações: <http://www.cm-viladoconde.pt/pages/868>

### *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável: A Cultura na Agenda 2030 das Nações Unidas* | 25 de Maio

Museu Arqueológico do Carmo | Lisboa

O debate conta com as participações de Pedro Pereira Leite (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), Chiara Pussetti (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e Marc Deputter (Teatro Maria Matos). Acontece pelas 18h00.

## Conferências, encontros, debates (internacional)

### 24.ª Conferência Geral do ICOM: *Museus e Paisagens Culturais*

Milão, Itália

Entre os eventos organizados nos próximos meses pelo ICOM, merece particular destaque a conferência geral do ICOM em Milão (Itália) que se realiza entre 3 a 9 de Julho. Neste âmbito são várias as conferências organizadas pelos diferentes comités internacionais (cf. <http://network.icom.museum/icom-milan-2016/>). Consulte também o [calendário online](#) do ICOM central sobre as conferências dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais. Mais informações em: <http://icom.museum/events/calendar/calendar-2016/>

*9.º Encontro Tecnologias Aplicadas ao Património | 19–20 de Maio*

Org. Sistemas do Futuro | Auditório da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo | Brasil

Este evento pretende reunir profissionais dos diferentes sectores do património cultural de Portugal e do Brasil, com o objectivo de promover a divulgação dos respectivos projectos, a partilha de experiências e potenciar a cooperação entre instituições e investigadores. Mais informações em: <http://www.sistemasfuturo.pt/9encontro/>

*International Conference Curatorial Challenges | 26–27 de Maio*

Org. University of Copenhagen | Copenhaga, Dinamarca

As exposições têm ganho importância (nos museus e fora deles). Mas o que significa curadoria? Que tipo de conhecimentos produz? De que forma é que as estratégias curatoriais moldam os museus na sociedade contemporânea? Mais informações em: <http://artsandculturalstudies.ku.dk/conferencecuratorial/>

*European Registrars Conference 2016 | 8–10 de Junho*

Org. Austrian Registrars Committee | Viena, Áustria

Trata-se da décima conferência organizada por este comité. A ideia condutora desta conferência é “*out of the box*”, pretendendo reflectir sobre abordagens menos convencionais no que diz respeito ao trabalho com colecções e exposições. Mais informações em: <http://www.erc2016.at>

*We are Museums 2016 | 6–8 de Junho*

Org. We Are Museums | Bucareste, Roménia

É a quarta conferência organizada pela plataforma We Are Museums. Reúne profissionais de todo o mundo para discutir novas ideias a aplicar em museus. Inovação é palavra-chave. Mais informações em: <http://www.wearemuseums.com/wam16/>

*Ecsite Annual Conference 2016: Colours of Cooperation | 9–11 de Junho*

Org. ecsite (European Network of Science Centers & Museums | Graz, Áustria

Esta conferência destina-se a todos os que se interessam pelo envolvimento de públicos na ciência. Mais informações em: <http://www.ecsite.eu/annual-conference>

*Ready to Reach Out: Conference on Digitisation of Cultural Heritage | 29–30 de Junho*

Org. Netherlands Ministry of Education, Culture and Science | Amesterdão, Holanda

Conferência organizada no contexto da Presidência da Holanda da União Europeia. Tem como objectivo reflectir sobre os desafios da digitalização das colecções e a sua articulação com os públicos. Mais informações em: <https://b-com.mci-group.com>

### *Communicating the Museum 2016 | 12–15 de Julho*

Org. Agenda | Berlim, Alemanha

O programa da conferências cobre a globalidade dos temas relacionados com comunicação: *marketing, branding*, parcerias, publicidade, plataformas digitais, etc. Mais informações em: <http://www.agendacom.com/communicating-the-museum-2016-berlin/programme/>

## Formação

### *Ciclo de Workshops: Preservação de Colecções | Maio–Junho*

Org. Conserva.me | Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Workshop sobre *Preservação de Livros e Documentos Gráficos*: 21 de Maio; *Acondicionamento de Livros e Documentos*: 25 de Junho. Mais informações: [info@conservame.pt](mailto:info@conservame.pt)

### *Programa de Formação da Acesso Cultura*

Org. Acesso Cultura | vários locais

Formação sobre *Serviços Educativos: Pontes de Acesso*: 23 de Maio, no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Bragança); e sobre *Comunicação Acessível: Design de Comunicação e Linguagem Simples*: 23 de Maio, na Casa Allen (Porto). Mais informações: <http://acessocultura.org/cursos>

### *Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus*

Org. Rede Portuguesa de Museus | vários locais

Já se encontra disponível o programa de formação da Rede Portuguesa de Museus para o segundo semestre do ano. Estão previstos os seguintes cursos: *Educação e Serviços Educativos; Inventário do Património Cultural Móvel; Conservação Preventiva; Património Cultural Imaterial; e Divulgação e Comunicação*. É possível fazer inscrições prévias. Mais informações: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/agenda/atividades-rpm/abertas-as-pre-inscricoes-para-o-programa-de-formacao-rpm-2016/>

### *Inventário de Bens Culturais da Igreja: Análise, Identificação e Classificação | Janeiro–Dezembro 2016*

Org. Secretário Nacional para os Bens Culturais da Igreja | Domus Carmeli, em Fátima

Programa de formação baseado na aplicação de metodologias de análise, identificação e interpretação. Visa formular questões, juízos de qualidade e valor, desenvolvendo, assim, competências de catalogação e classificação de bens culturais da Igreja. Incidindo nas diversas temáticas inerentes ao trabalho de inventário, o amplo espectro com que se apresenta pretende contribuir para a preparação de profissionais qualificados. A formação estrutura-se em 21 módulos, distribuídos por nove sessões, num total de 36 horas lectivas. Mais informações: <https://www.bensculturais.com>

## Chamada para propostas

### Bolsas ICOM Portugal: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 27 de Maio

Org. ICOM Portugal

O Fundo de Bolsas ICOM Portugal destina-se a estimular a participação de membros individuais – regulares ou estudantes – portugueses do ICOM em conferências científicas internacionais de museus e Museologia, através da atribuição de um subsídio de deslocação em classe económica e alojamento. O júri é constituído por Raquel Henriques da Silva, Luís Raposo e José Alberto Ribeiro. Mais informações: <http://icom-portugal.org/destaques,6,538,detalhe.aspx>

### Prémio de Estudos em Cultura do Mar “Octávio Lixa Filgueiras”: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 27 de Maio

Org. Câmara Municipal de Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo

Estão a decorrer as candidaturas à 3.ª edição do prémio “Octávio Lixa Filgueiras”, que pretende distinguir autores de dissertações ou trabalhos de investigação realizados no âmbito da cultura marítima-fluvial, nomeadamente: História Marítima, Antropologia Marítima, Arqueologia Marítima, Patrimónios Marítimos e Museologia. Mais informações: [http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt./](http://www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt/)

### Prémio Victor de Sá de História Contemporânea: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 1 de Julho

Org. Universidade do Minho

Estão a decorrer as candidaturas à 25.ª edição do prémio Victor de Sá (2016), destinado a jovens investigadores em História Contemporânea Portuguesa (com menos de 35 anos). O vencedor recebe 2 000 euros. Podem candidatar-se investigadores portugueses e dos Países Africanos de língua portuguesa. Mais informações: <https://www.uminho.pt/PT/cultura/Premio-Victor-de-Sa>

### Prémio EMYA 2017: candidaturas a decorrer | Prazo limite: 10 de Junho

Org. European Museum Forum



Estão abertas as candidaturas ao prémio EMYA 2017 (European Museum of the Year). A candidatura implica um pagamento de 500 euros. Mais informações:

<http://www.europeanmuseumforum.info>

*Congresso Ibero-Americano Patrima 2016: Património, suas Matérias e Imatérias: call for papers | Prazo limite: 15 de Junho*

Org. Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) et al.

O congresso procura criar o ambiente para a realização de diálogos cruzados entre investigadores, técnicos e especialistas, oriundos de diferentes áreas disciplinares, que estejam interessados em reflectir e discutir o património cultural nas suas componentes materiais e imateriais, incluindo as problemáticas socioculturais que lhe estão associadas. Irá realizar-se a 2 e 3 de Novembro de 2016, no LNEC, em Lisboa. Mais informações:

<http://patrima.lnec.pt>

**Dia internacional**

**dos museus**

**18**

**maio  
2016**

**Museus**

**e**

**paisagens culturais**

## Colabore com o ICOM Portugal

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal? Visite, comente e partilhe conteúdos em: <https://www.facebook.com/icomportugal>

O próximo boletim ICOM Portugal será dedicado à nova Recomendação da UNESCO relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (2015). Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos através do email: [boletim.icom.pt@gmail.com](mailto:boletim.icom.pt@gmail.com) (Ana Carvalho) até 15 de Junho.

## FICHA TÉCNICA

### Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 6, Maio 2016 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Janeiro, Maio e Setembro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal.

O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo e Joana Sousa Monteiro. Colaboraram nesta edição: Ana Carvalho, Ana Paula Amendoeira, António Nunes Pereira, Clara Frayão Camacho, Dália Paulo, Florbela Estevão, Graça Filipe, Joana Sousa Monteiro, José Alberto Ribeiro e Pedro Gadanho.

Agradecimentos: Elsa Catarina Rodrigues, Lídia Agostinho, José Alberto Seabra Carvalho

Design: Maria van Zeller, Sistemas do Futuro | Imagem da capa: Forte da Ajuda Grande, Bucelas, Loures. Vista interior da fortificação e paisagem © Florbela Estevão.

Palácio Nacional da Ajuda – Museu, Ala sul – 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa  
| tel. 213637095 | [info@icom-portugal.org](mailto:info@icom-portugal.org) | [boletim.icom.pt@gmail.com](mailto:boletim.icom.pt@gmail.com) |  
<http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

# BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

## 1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

**COMUNIQUE-SE** com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

**CONSTRUA** uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

**AUMENTE** os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

**PARTICIPE** do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

## 2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

**CONFIGURE** o futuro das profissões museais

**DEFENDA** os padrões de excelência e a deontologia dos museus

**DESEMPEÑHE** um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

**COLABORE** em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

## 3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

**INFORME-SE** sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

**CONSULTE** mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

**CONECTE-SE** à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

**TORNE-SE** membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

**RESOLVA** litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

### E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte  
<http://icom.museum>

